Página 13 PT

Nº 96 ABRIL/2011

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

Ilustração de Latuff

PT condena agressão

Pág. 13

50 ANOS DE PRAIA GIRÓN

Proclamação do caráter socialista da revolução cubana

- **Feridas causadas pela ditadura ainda estão abertas** Pág. 4
- **Violência contra a mulher não tem desculpa, tem lei** Pág. 6
- **A política espacial brasileira e o acordo com os EUA** Pág. 12

EDITORIAL

Os governos pós-ditadura na Argentina, Chile e Uruguai foram muito mais efetivos no combate aos crimes das ditaduras, do que os governos Sarney, Collor, FHC e Lula.

Hoje, nos deparamos com paradoxos como a convivência, no mesmo governo, de uma presidenta que foi presa e torturada, com um general para quem fato histórico é codinome para crime que merece ser perdoado. Ministros que defendem a Comissão da Verdade, com outros para quem a Lei da Anistia imposta pela ditadura permite que autores de crimes contra a humanidade escapem de julgamento.

A persistência desta situação revela, mais do que a força da direita, a incapacidade que parte da esquerda tem de perceber os riscos que corremos ao agir desta forma. Afinal, o golpe de 1964 não é apenas passado, nem foi apenas obra de generais hoje aposentados e mortos.

O golpe de 1964 foi a resposta dada por uma parte da elite brasileira, contra um governo progressista. Foi uma das batalhas da guerra travada, ao longo de todo o século XX, entre as vias conservadora e progressista de desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

A via conservadora é aquela que desenvolveu o capitalismo, preservando os piores traços de nosso passado escravista e colonial. A via progressista é aquela que buscou e busca combinar crescimento capitalista, com reformas sociais, democracia política e soberania nacional.

O golpe de 1964 foi executado por uma coalizão cívico-militar. Os militares foram o partido armado do grande empresariado, do latifúndio e dos capitais estrangeiros. Muitas das empresas envolvidas no golpe, ou que cresceram durante o período da ditadura, seguem atuantes. As Organizações Globo, por exemplo.

Hoje, prossegue a guerra entre aquelas duas vias de desenvolvimento. O governo Dilma, assim como o governo Lula, constituem expressões atuais da via progressista. E a campanha reacionária feita por Serra, nas eleições presidenciais de 2012, traduziu os sentimentos e os interesses dos legítimos defensores da via conservadora (alguns dos quais, é bom dizer, buscaram e encontraram abrigo do lado de cá).

Quando um deputado diz ter saudade da ditadura militar, quando um candidato presidencial se alia a generais de pijama e a organizações de ultra-direita, quando um ditador é homenageado por uma turma de formandos de uma escola militar, quando um ministro diz que a Anistia impede a justiça de apreciar crimes contra a humanidade, não estamos diante de saudosismos inconsequentes.

Estamos, isto sim, vendo uma parte da elite brasileira dizer o seguinte: quebramos a legalidade e algum dia poderemos voltar a quebrar; desconsideramos a voz das urnas e algum dia poderemos voltar a desconsiderar.

Uma esquerda que defende os direitos humanos de maneira consequente, deve lembrar que a impunidade dos torturadores de ontem, favorece os que hoje torturam presos ditos comuns. Uma esquerda que defende uma via eleitoral, tem motivos em dobro para ser implacável contra os que defendem a legitimidade de golpes. E uma esquerda que se pretende latinoamericanista precisa lembrar que o golpe de 1964 foi, em certo sentido, o início de um ciclo ditadorial que se espalhou por todo o continente.

Golpes não são coisas do passado. Honduras, bem como as tentativas feitas no Equador e Venezuela, Bolivia e Paraguai, mostram que os Estados Unidos e parte expressiva das elites locais têm uma visão totalmente instrumental da democracia. E o reacionarismo atual de parte das chamadas classes médias não deixa nada a dever frente aquele que mobilizou, em 1964, as marchas com Deus, pela Família e pela Propriedade.

Nesta edição, *Página 13* publica vários textos sobre direitos humanos, ontem e hoje. Publicamos, também, textos sobre a Lei Maria da Penha, sobre os governos de Diadema e Brasília; sobre a situação do PT do Maranhão; sobre a política espacial brasileira e a nota do PT contra a ingerência das potências na Líbia.

Também nesta edição, publicamos a **Tribuna de Debates** número 6 do Primeiro Congresso da Articulação de Esquerda. E uma homenagem à nossa companheira Sônia Hypólito.

Boa leitura!!

Os editores

ps. Agradecemos a ajuda de Cácia Cortez e de Adriana Miranda, na confecção desta edição.

AGENDA 2011

ABRIL
10 - eleições presidenciais no Peru.
10 - Congressos de Base Três Lagoas, Bataguassu, Brasilândia, Selvíria (MS).
16 - Congressos de Base Mundo Novo, Itaquirai, Navira í (MS).
30 - Congressos de Base Anastácio, Aquidauana, Miranda, Bodoquena, Jardim, Guia Lopes, Nioaque (MS).

MAIO
01 - dia internacional de luta da classe trabalhadora.
06 a 08 - Congresso Estadual em Goiás.
14 - Congresso de Base no Rio de Janeiro .
18 a 22 - XVII Encontro do Foro de São Paulo, em Manágua.
21 - Congresso de Base na Baixada Fluminense, sediado em Nova Iguaçu (RJ).
20 a 22 - Congresso Estadual no Amazonas.
28 - Congresso de Base no Interior, sediado em Macaé (RJ).
Data limite para realização dos congressos de base (municipais ou regionais) da AE.

JUNHO
03 a 05 - Congresso Estadual no Distrito Federal .
07 - Congressos de Base em Nova Andradina, Ivinhema, Glória de Dourados, Batayporã (MS).
15 - Congressos de Base em Dourados, Caarapó, Rio Brilhante, Douradina, Vicentina, Maracajú, Antonio João, Bela Vista, Ponta Porã (MS).
17 e 18 - Congresso Estadual no Piauí
28 - Congressos de Base em Campo Grande, Terenos, Sidrolândia, Dois Irmãos, Nova Alvorada do Sul, Água Clara, São Gabriel do Oeste e Camapuã (MS).
30 a 03 - Seminário sobre governos progressistas e de esquerda na América Latina.

JULHO
01 e 02 - Congresso estadual no Amapá.
02 - Congresso Estadual no Rio de Janeiro.
02 e 03 - Congresso Estadual em Alagoas.
02 e 03 - Congresso Estadual em Minas Gerais.
Data limite para realização dos congressos estaduais da AE.
Congresso da União Nacional dos Estudantes (data e local a confirmar).
VII Jornada Nacional de Formação Política da AE.

AGOSTO
Plenária Estatutária da CUT (data e local a confirmar).
05 a 07 - Primeiro Congresso da Articulação de Esquerda.

SETEMBRO
Eleições presidenciais na Guatemala.
02 a 04 - Congresso Extraordinário do PT.

OUTUBRO
Eleições presidenciais na Argentina.

NOVEMBRO
Eleições presidenciais na Nicarágua.
12 a 15 - Congresso da Juventude do PT (data e local a confirmar).

JANEIRO 2012
VIII Jornada Nacional de Formação Política da AE.

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira (RS), Altemir Viana (AM), Ana Lúcia Vieira (SE), Angélica Fernandes (SP), Bruno Elias (TO), Beto Aguiar (RS), Célio Antonio (SC), Expedito Solaney (PE), Fábio Pessoa (PA), Fernando Nascimento (PE), Iole Iliada (SP), Ivan Alex (BA), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jairo Rocha (MT), José Fritsch (SC), José Ricardo (DF), Larissa Campos (MG), Laudicéia Schuaba Andrade (ES), Lício Lobo(SP), Mário Cândido de Oliveira (PR), Marcel Frison (RS), Marcelino Gallo (BA), Marcelo Mascarenha (PI), Múcio Magalhães (PE), Olavo Brandão (RJ), Pedro Moreira (MG), Pere Petit (PA), Rafael Pops (DF), Rosana Ramos (DF), Rosana Tenroller (RS), Rodrigo César (RJ), Rubens Alves (MS), Thalita Coelho (PA), Valter Pomar (SP).

Edição: Valter Pomar **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secretaria Gráfica e Assinaturas:** Edma Valquer edmawalker@gmail.com
Endereço para correspondência: R. Silveira Martins,147 conj. 11- São Paulo/SP CEP 01019-000

#ForaBolsonaro

*Tiago Soares**

Inúmeras frases exigindo #ForaBolsonaro figuram por mais de 24 horas entre os assuntos mais comentados no twitter, o que retrata a insatisfação dos internautas com o caso.

O movimento negro brasileiro sempre denunciou a farsa da democracia racial, segundo a qual no Brasil não existia racismo e todos viviam em total comunhão, tese essa desmentida pelos índices de acesso aos direitos básicos: educação, saúde, empregabilidade etc.

O racismo que a elite branca esconde nas entranhas do poder político/econômico/midiático ganhou visibilidade nas declarações recentes do deputado da direita golpista Jair Bolsonaro, que no seu currículo carrega as ofensas que faz diariamente aos militantes de esquerda, de direitos humanos e da causa LGBT´s. Agora Bolsonaro incluiu mais uma agressão no seu graduado portfólio: o preconceito racial.

Vamos aos fatos: na segunda-feira 28 de março, ao participar do quadro "O povo quer saber", do programa "CQC", Preta Gil, uma das convidadas do quadro em que uma série de pessoas enviava perguntas ao deputado do PP, foi ofendida quando questionou Bolsonaro sobre o que ele faria se um de seus filhos namorasse uma mulher negra.

"Preta, eu não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco e meus filhos foram muito bem educados e não viveram em ambientes como, lamentavelmente, é o seu".

Esse trecho da fala expõe o real pensamento do deputado em relação a população negra brasileira. Antes dessa frase, ele havia emitido outra fala preconceituosa em relação às cotas raciais, onde diz que não andaria em um avião pilotado por um cotista e muito menos passaria por um médico cotista. Como vemos, também nesta fala Bolsonaro destila todo o ódio que parcela minoritária da população brasileira ainda tem contra os negros/as, pois é de conhecimento da maioria das pessoas quem é beneficiado pelas cotas raciais.

A repercussão foi imediata: através do twitter, a cantora Preta Gil logo em seguida postou uma mensagem prometendo processá-lo por racismo, já que é previsto em lei a punição para quem comete discriminação racial. Outros internautas também manifestaram sua indignação frente a atitude do deputado, recém-reeleito na ultima eleição pelo estado do Rio de Janeiro.

Entre as mensagens havia algumas que defendiam o direito a livre expressão. Cabe aqui uma explicação: todo cidadão tem o direito de expressar o que pensa; mas esse cidadão tem que arcar com as conseqüências. No Brasil racismo é crime. E um deputado não tem o direito de atacar a nossa carta de princípios, a Constituição cidadã, que é fundamentada na igualdade de raça/etnia.

Depois da pressão realizada pela sociedade civil nas redes sociais, o nobre edil aparece na tribuna da câmara e diz que se enganou com a pergunta. Diz que pensou que a pergunta era relacionada a homossexual e não a negra. O espertalhão, como sabe que homofobia ainda não é crime, ao contrário do racismo, muda o foco para continuar a sua perseguição aos militantes LGBT´s.

Mesmo após a descabida e falsa retratação, as redes sociais espontaneamente continuam em turbilhão. Inúmeras frases exigindo #ForaBolsonaro figuram por mais de 24 horas entre os assuntos mais comentados no twitter, o que retrata a insatisfação dos internautas com o caso. A imprensa tradicional demorou em se manifestar, não deu exposição central ao caso e corre o risco de ver o trem passar. Algo parecido com a #Bolinha de Papel na cabeça do Serra.

As redes sociais mostram assim que são uma ferramenta que, se utilizadas para causas legitimas, com certeza podem nos ajudar a avançar na sensibilização e mobilização da parte da sociedade que tem acesso ao mundo digital.

Cerca de 20 deputados (PT, PCdoB, PSOL, PDT etc.) protocolaram três representações, junto ao Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Humana, à Procuradoria Geral da República e, no âmbito do Parlamento, ao Presidente Marco Maia (PT-RS), para que determine a competente investigação pela Corregedoria da Câmara.

É muito importante a unidade e participação da esquerda brasileira nesse processo, pois a direita golpista aproveita desses momentos para colocar suas pautas retrogradas na ordem do dia. É só lembrar da ultima eleição presidencial. Por isto, é necessário criar uma grande campanha para denunciar os fascistas/racistas e homofóbicos, tendo como primeira ação o #ForaBolsonaro. ★

***Tiago Soares** é historiador, secretário municipal da JPT/Guarulhos e dirigente da AE/SP.

Ferida ainda aberta

*Expedito Solaney**

Não é possível que esta página da história do Brasil não seja registrada honesta e abertamente: instalar imediatamente a Comissão da Verdade, abrir os arquivos militares do período, identificar e julgar todos os torturadores e agentes da ditadura, é uma obrigação do atual governo brasileiro para com o país e sua história.

O Poeta Ferreira Goulart o definiu como um homem feito de "ferro e flor": o campesino, pernambucano, dirigente comunista Gregório Bezerra que se vivo completaria 111 anos no dia 13 de março ultimo. Coincidência ou não, foi também num dia 13 de março de 64 que o Presidente João Goulart fez o grande comício na central do Brasil (Rio de Janeiro) defendendo as reformas de base (reforma agrária, fiscal, bancária e educacional, pauta ainda atual). Dias depois, em 1º de abril do mesmo ano os militares tomaram o poder com o golpe, sendo Gregório preso no dia seguinte. A prisão de Gregório foi um indício do quão os militares estavam determinados a eliminar quem se opusesse ao golpe. Gregório foi arrastado por um destacamento militar, acorrentado e brutalmente espancado nas ruas do Recife, no bairro de Casa Forte, sob o comando do inescrupuloso coronel Darcy Villoc Viana. A cena chocou a cidade e o país. Era o início de um período sombrio na história recente do Brasil.

O golpe militar no Brasil contou com apoio incondicional do governo dos Estados Unidos, que financiava e auxiliava tecnicamente os militares brasileiros. Também foi assim com outros golpes militares na América Latina.

Os agentes da CIA conspiraram com os militares da Escola Superor de Guerra, com a elite brasileira e a UDN, com o apóio do então Sfici □ Serviço federal de informação e contra informação, que depois se transformou no SNI – Serviço nacional de informação, que hoje se chama ABIN (Agência Brasileira de Inteligência).

Foram 21 anos de ditadura militar no Brasil, centenas de mortos, milhares de desaparecidos, presos, torturados, perseguidos, Universidades sem vida e produção, violação de direitos humanos, liberdades democráticas proibidas, crimes de lesa humanidade.

Não é possível que esta página da história do Brasil não seja registrada honesta e abertamente. Instalar imediatamente a Comissão da Verdade, abrir os arquivos militares do período, identificar e julgar todos os torturadores e agentes da ditadura, é uma obrigação do atual governo brasileiro para com o país e sua história.

Não sabemos até onde se encontram: Fernando Santa Cruz, Pedro Inacio de Araújo, Virgilio Gomes da Silva. Muito menos sabemos quem foram os algozes de Vladimir Herzog; quem comandou a chacina da Lapa que matou Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e Drummond; tampouco quem assinou o mandado de prisão do então deputado federal Rubens Paiva, que foi levado de casa e até hoje não se sabe seu paradeiro.

Sabemos por enquanto onde está uma considerável parte dos arquivos da ditadura, sabemos onde estão vários torturadores ainda vivos e o endereço do Clube Militar do Rio de Janeiro. Recentemente, um dos mais carrascos, o torturador João Lucena Leal, radicado em Rondônia há trinta anos, deu em rede nacional de televisão um depoimento frio sobre mortes e torturas, detalhes das operações de que participou para prender a hoje presidenta da República, Dilma Rousseff, e o então estudante José Genoíno.

Lucena vivo e livre falou ao jornalista Roberto Cabrini, do programa Conexão Repórter, do SBT, sem o menor constrangimento, nem medo de punição. Esse assassino a serviço do governo militar que comandava o Brasil foi descrito como o típico homem dos porões da ditadura. Na entrevista descreveu, com tranqüilidade e frieza, o que viu e o que fez com os adversários políticos do regime.

Ao narrar uma das inúmeras cenas que presenciou e de que participou, disse: "O sujeito amarrado, algemado e o executor puxava o gatilho e matava".

Para Lucena, a tortura se justifica "para extrair uma informação ardente". Fazia parte de seu "trabalho" extrair tais informações dos ativistas políticos. "Eu executava com nobreza", acrescentou. Mesmo acusado de cometer atrocidades, disse estar orgulhoso de tudo que fez. Acusado de ser um torturador impiedoso, diz ter a consciência e um sono tranqüilos.

As mães, pais e familiares vítimas do golpe, a sociedade brasileira, fomos novamente torturados com essa entrevista. Não adianta a comissão de anistia pedir desculpas pelo Brasil afora às vitimas do golpe, se a justiça brasileira, à luz do seu ordenamento, não julgar os crimes cometido pelos agentes da ditadura.

O Brasil tem essa dívida com o seu próprio povo. Não podemos admitir entrevistas como essa do torturador Lucena, nem muito menos de fascistas como Jair Bolssanaro que falou esses dias que tem saudades do regime militar e da censura. Esses tipos reaparecem para tripudiar com nossas memórias e tristezas no dia que relembramos o Golpe e nossos lutadores. Temos que passar essa hitória a limpo, temos o direito de encontrar e enterrar nossos mortos. Só assim o Estado democrático e de direito se reconciliará com a história e a nação brasileira.

A Comissão Nacional da Verdade tem que ser instalada e os arquivos da ditadura devem ser abertos, para que todos saibam a verdadeira história dos 21 anos de ditadura militar no Brasil. ★

***Expedito Solaney** é Secretário Nacional de Políticas Sociais da CUT

Marchando contra a homofobia

Taisa Ferreira, Vinícius Alves** e Wesley Francisco****

Voltaremos a Brasília novamente para fazer o enfrentamento e a denúncia contra toda forma de preconceito e discriminação. Vamos pautar a nossa cidadania e combater toda forma de preconceito. Iremos quantas vezes se fizerem necessárias.

Um ano depois, retornaremos a Brasília com o mesmo espírito que lá estivemos em 2010: garantir avanços e conquistar direitos. Foram cerca de três mil lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e simpatizantes que marcharam pela Esplanada dos Ministérios reivindicando melhores condições de vida, erradicação da violência e direitos iguais para pessoas de orientação sexual e identidade de gênero diferenciada da heterossexual.

Infelizmente, temos visto um arrefecimento no debate sobre as questões da diversidade sexual nos últimos anos. Por um lado, o movimento LGBT vem conquistando espaços social e político ainda não vistos no século passado, mas por outro - consequência direta desta ampliação de espaço - um movimento ultraconservador e de cunho religioso busca organizar-se, manifesta-se de forma contundente nas redes sociais e nos templos e tenta impor seus dogmas ao conjunto da política brasileira.

A própria campanha eleitoral de 2010 deu mostras da força organizada desse movimento conservador, que busca acima de tudo colocar-se contra o pleno exercício da cidadania das pessoas LGBTs, negando a todo custo a essencialidade dos (as) LGBTs enquanto seres humanos e seres sociais. Em determinado momento, os debates sobre o aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo dominaram a pauta eleitoral, diminuindo o debate, dificultando a discussão aberta e fraterna e, por fim, disseminando ódio e preconceitos.

Enquanto isso, foi no mesmo ano de 2010 que foram registrados os maiores números de assassinatos de homossexuais no Brasil. Passaram de 250 mortes. Nenhuma lei de apoio a LGBTs foi aprovada no Congresso Nacional. O PLC 122, que torna crime a homofobia, equiparando-a ao racismo, chegou a ser debatido nas comissões do Senado, mas não chegou a ser votado pelo plenário.

Nos mais diversos espaços sociais vemos a diferença e a diversidade se constituírem em desigualdade e a sexualidade ser colocada como um dos vetores de opressão. Nesta sociedade, toda variação do padrão heteronormativo estabelecido é tida como negativa e entendida como ameaça à ordem social.

As agressões e discriminações homofóbicas produzem reiteradamente um sentimento de inferioridade no indivíduo agredido ou discriminado e entre aqueles que com ele se identificam. Operam como injúrias que se inscrevem no corpo e na memória da pessoa e da sociedade, interferem na subjetividade e na cultura.

Travestis e transexuais são agredidas (os) e insultadas (os) por sua aparência e comportamento, sua identidade de gênero é sistematicamente negada, encontram grandes dificuldades de acesso ao mercado formal de trabalho, à matrícula e permanência nas escolas e não conseguem ter uma vida diurna sem sobressaltos cotidianos. Percebe-se que a homofobia e a negação dos direitos sociais e civis à população LGBT, através dos regimes de controle e regulação da sexualidade e do gênero, implicam a insistência das esferas conservadoras da sociedade em dizer que estes sujeitos são menos cidadãos que os outros.

É no cotidiano da casa, do bairro, da escola, da empresa, das cidades, que estão materializados os efeitos da dominação, da exploração e da injustiça social. É também nestes mesmos espaços onde os movimentos de lutas cotidianas, quase sempre invisíveis, tomam forma como parte dessa existência.

É com este sentimento e justamente por esses motivos que voltaremos a Brasília novamente para fazer o enfrentamento e a denúncia contra toda forma de preconceito e discriminação. Vamos pautar a nossa cidadania. Iremos quantas vezes se fizerem necessárias até que a injustiça, a violação dos direitos humanos de LGBTs, a violência, a discriminação, a desigualdade social, o machismo, o racismo e tantas outras formas de opressão não se configurarem mais como elementos presentes na nossa realidade cotidiana.

A luta que fazemos se configura como uma constante busca pela construção de novas bases de valores sociais e culturais, é uma luta pela verdadeira democracia, a qual deve centrar-se na equidade e avançar para a igualdade entre todos os seres humanos, suprimindo as desigualdades, a opressão e negação do outro.

A valorização da diversidade e a sua constante proteção, assim como o respeito às diferenças e o combate a todas as formas de discriminação, são elementos essenciais para a convivência social, para a qualidade no ensino, para a atenção a saúde integral e para o fortalecimento de sociedade verdadeiramente justa, radicalmente democrática e livre. ★

***Taisa Ferreira** é ativista da Associação Beco das Cores e Membro Titular no Comitê Estadual LGBT/BAtaysynha18@yahoo.com.br

****Vinícius Alves** é Coordenador de Juventude da Associação Beco das Cores, Representante Suplente no Conselho Nacional LGBT e no Comitê Estadual LGBT/BA viniciusalvesba@gmail.com

*****Wesley Francisco** é Diretor Geral da Associação Beco das Cores e Membro do Colegiado do Fórum Baiano LGBT wesleyfrancisco2003@yahoo.com.br

Violência contra a mulher não tem desculpa, tem lei

Enquanto você estiver lendo esse texto, 10 mulheres serão agredidas

Se um a mulher sofrer agressões (física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral) de seu companheiro e denunciar, ele será enquadrado na lei Maria da Penha, sem direito a recurso ou diminuição da pena, que vai de 3 meses a 3 anos de prisão e não poderá recorrer da decisão ou pagar penas pecuniárias (pagamento de multa ou cestas básicas). A Lei Maria da Penha (lei 11.340) foi sancionada em sete de agosto de 2006 e tipifica os crimes contra a mulher. A partir de então a violência doméstica e familiar passou a figurar no código penal.

No entanto, o artigo 41 da lei vinha sendo questionado como inconstitucional, pois não permitia a aplicação de outra lei (lei 9.099/95), que prevê que o juiz poderá aplicar outros recursos de pena, como o pagamento por serviços comunitários, multa ou cestas básicas. Um habeas corpus da DPU questionava a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que entendeu que o artigo 41 da Lei Maria da Penha não permite a aplicação da Lei 9.099/95.

O julgamento do habeas corpus, no Tribunal Superior Federal ocorreu no dia 24 de março e por unanimidade, os juízes derrubaram o habeas corpus, considerando constitucional a Lei Maria da Penha.

A ministra Iriny Lopes, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), que esteve no julgamento, disse que foi um dia histórico para as mulheres brasileiras. Para ela, a decisão do Superior Tribunal de Justiça "anuncia mais um passo decisivo e positivo rumo à conclusão da discussão sobre a constitucionalidade do artigo 41 da Lei Maria da Penha".

Na condição de relatora da lei na Comissão de Constituição e Justiça, quando ainda era deputada federal, Iriny disse que as opiniões expressas pelos ministros da Suprema Corte brasileira "confirmam com fidelidade a intenção do legislador. Esse foi mais um passo para resguardar a lei, salvar a vida e a dignidade de milhares de mulheres e na construção de uma cultura de paz, baseada na igualdade entre homens e mulheres".

Durante o Julgamento, a Procuradoria Geral da República, representada pela Subprocuradora Débora Duprat, apresentou parecer pelo indeferimento do habeas corpus, ressaltando que o Brasil demorou muito a apresentar uma lei específica de proteção à mulher (foi o 18° país da América Latina). Ela frisou as responsabilidades do Brasil, que é signatário de diversas convenções internacionais, principalmente a de Belém do Pará, a primeira convenção de direitos humanos a reconhecer que a violência doméstica contra a mulher é problema generalizado.

Durante o julgamento do habeas corpus, os ministros defenderam que a Lei Maria da Penha tutela a dignidade da pessoa humana, e que é necessário analisar a intenção do legislador e não a individualização da pena. Reforçaram que apesar das leis terem sido alteradas, o preconceito e a discriminação permanecem presentes na sociedade. Para eles, a violência dentro de casa é silenciosa e a reincidência para esses crimes é a regra e não a exceção.

Todos os ministros presentes à sessão do Plenário acompanharam o voto do relator, ministro Marco Aurélio, pela negação do habeas corpus. Segundo o ministro, a constitucionalidade do artigo 41 dá concretude, entre outros, ao artigo 226, parágrafo 8º, da Constituição Federal (CF), que afirma que "o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações". Esse artigo está em sintonia com o que propunha Ruy Barbosa, segundo o qual a regra de igualdade é tratar desigualmente os desiguais, lembrou. Isto porque a mulher, ao sofrer violência no lar, encontra-se em situação desigual perante o homem.

Os ministros apontaram que a violência contra a mulher é grave, pois não se limita apenas ao aspecto físico, mas também ao seu estado psíquico e emocional, que ficam gravemente abalados quando ela é vítima de violência, com consequências muitas vezes indeléveis.

Violência contra mulheres no Brasil

O Mapa da Violência no Brasil 2010, do Instituto Zangari, com base no banco de dados do Sistema Único de Saúde (Datasus), levantou que em dez anos, dez mulheres foram assassinadas por dia no Brasil. Entre 1997 e 2007, 41.532 mulheres morreram vítimas de homicídio -- índice de 4,2 assassinadas por 100 mil habitantes. Elas morrem em número e proporção bem mais baixos do que os homens (92% das vítimas), mas o nível de assassinato feminino no Brasil fica acima do padrão internacional.

Segundo recente pesquisa de opinião pública do Instituto Perseu Abramo "Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado", a cada 2 minutos, cinco mulheres sofrem violência e no ultimo ano, mais de 1 milhão e 300 mil mulheres acima de 16 anos sofreram violência doméstica.

Um balanço do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apontou que até julho de 2010 foram realizadas, em todo o país, 111 mil sentenças baseadas na lei Maria da Penha. No período, foram 9.715 prisões em flagrante e 1.577 prisões preventivas.

Os dados, no entanto, são parciais, pois as informações fornecidas são apenas de varas e juizados especializados de violência doméstica e familiar contra a mulher. Os números podem ser maiores, pois os tribunais catalogam de forma diferente as decisões. Segundo o Conselho Nacional de Justiça, desde a sanção da lei Maria da Penha, já foram sentenciados 110.998 processos. E designadas 120.999 audiências. ★

MULHERES

Conferências vão mobilizar milhões de pessoas

O primeiro ano da primeira presidenta terá 15 conferências nacionais, que devem desencadear um processo de articulação, organização e mobilização em todos os estados e envolver milhões de pessoas nos debates das deferentes temáticas, a partir das conferências municipais, estaduais, regionais e nacionais.

A Secretaria da Presidência está desenvolvendo um processo articulado para a organização das conferências, de modo a construir um diálogo entre elas, tanto nos seus processos de articulação, mobilização, infra-estrutura e metodologia, como na convergência das decisões e transversalidade das temáticas e propostas que serão debatidas.

Este ano, nove ministérios então envolvidos na edição de suas conferências temáticas: Ministérios da Saúde; do Turismo, Mulheres; Meio Ambiente, Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, do Trabalho, da Pesca, além da Controladoria Geral da União (CGU) e da Secretaria da Presidência. A Secretaria dos Direitos Humanos terá três conferências –da Criança e do Adolescente, da Pessoa Idosa, LGBTs e dos Direitos Humanos. O Ministério do Meio Ambiente terá duas conferências: das Águas e do Meio Ambiente.

A organização das 15 conferências terá grupos de trabalho conjuntos sobre metodologia e infra-estrutura, e todas terão como temática transversal a erradicação da pobreza e miséria.

A III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, vai acontecer no período de 12 a 14 de dezembro em Brasília com a presença de três mil mulheres. A Conferência vai debater e propor políticas que contemplem a construção da igualdade de gênero, na perspectiva do fortalecimento da autonomia econômica, social, cultural e políticas das mulheres e que contribuam para a erradicação da pobreza e para o exercício da cidadania.

As 15 conferências nacionais previstas para este ano são: 14ª Conferência Nacional de Saúde, 2ª Conferência Nacional de Juventude, 1ª Conferência Nacional de Turismo, 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, 1ªConferência Nacional das Águas, 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, 8ª Conferência Nacional de Assistência Social, 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Participação Social, 1ª Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, 4ª Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca, 2ª Conferência Nacional LGBT, 12ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos.★

CIDADES

Pequenas teses sobre Diadema

Página 13 publica, a seguir, a contribuição elaborada em março de 2011 pela AE-Diadema, ao debate que será realizado no seminário organizado pelo Partido naquela cidade, com vistas à discussão sobre a avaliação do governo municipal, relação partido/governo/bancada/ movimentos sociais e tática nas eleições de 2012.

Optamos por propor ao debate pequenas teses que são afirmações que caracterizamos como pontos chave da nossa formulação, que definem na essência o nosso entendimento sobre as questões.

A natureza de várias destas teses é polêmica e a sua forma de apresentação visa estimular um debate objetivo, de modo a que possamos distinguir o acessório do principal e aferir de forma precisa o grau da nossa unidade em relação às questões em pauta.

Passamos então à exposição das teses:

1. As expectativas da AE em relação ao governo que se iniciou em 2009 eram as melhores possíveis, fato que nos levou a optar por uma participação em cargos de responsabilidade no governo, inclusive no secretariado.

2. De inicio, valorizamos a intenção de reservar um lugar importante à prática e à cultura do planejamento e da integração, pois a fragmentação das políticas foi a nosso ver um dos maiores entraves à construção de avanços e processos democráticos nos últimos governos.

3. Apostamos firmemente na possibilidade de renovação real do processo político geral, com uma nova postura do governo em relação ao movimento social, valorizando a sua autonomia e ajudando a criar uma interlocução mais qualificada que incidisse no fortalecimento dos movimentos, no avanço da construção do PT e, com tudo isso, na criação de condições para a materialização do nosso programa de governo em bases mais avançadas.

4. Passados dois anos de governo, é forçoso admitir que nossas expectativas iniciais não se concretizaram e que o governo vive um momento de fragilidade política que se expressa em vários níveis.

5. Para além dos problemas financeiros causados pelos precatórios, dividas e pendências judiciais anteriores, que não minimizamos, consideramos que o núcleo dos problemas é de natureza política.

6. A rigor, não sentimos com nitidez um núcleo dirigente com capacidade de formular e aplicar políticas integradas no governo. Prevalece ainda a fragmentação, a disputa no mais das vezes despolitizada por "espaço no governo" e a convivência de projetos por vezes antagônicos.

7. Este estado de coisas foi evidenciado com o lançamento de várias candidaturas do PT nas eleições de 2010 e no recente episódio da eleição da presidência da Câmara Municipal, em que o PT foi derrotado pela "base aliada" em aliança com o PSDB.

8. Um dos núcleos principais da situação de crise política em que vivemos é a concepção de "governabilidade" que rege a postura do governo, focada quase exclusivamente numa instável "sustentação parlamentar" e minimizando a importância das relações políticas sólidas com os movimentos sociais e de uma política mais ofensiva de disputa de projetos na sociedade, principalmente com o PSDB.

9. A rigor, esta concepção restrita de "governabilidade" muitas vezes degenera em "ingovernabilidade", com diminuição da capacidade de hegemonizar os processos políticos e até mesmo perda de controle sobre rotinas administrativas básicas, com conseqüente fortalecimento relativo dos nossos adversários e inimigos.

10. A entrada do PSB no governo agravou uma situação que já era desfavorável. Aumentou a fragmentação, trouxemos um adversário histórico para o nosso ninho e fortalecemos uma articulação pela direita na Câmara Municipal, não por acaso capitaneada pelo PCdoB e PSB. Eis ai um belo exemplo de como uma "governabilidade" mal formulada acaba degenerando em seu contrário.

11.Enfrentar estes problemas requer uma séria reflexão e a construção de uma forte unidade no interior do PT, para ajudar o governo a superar os seus problemas e se preparar para a disputa eleitoral de 2012, na qual almejamos reeleger o companheiro Mário Reali e eleger uma forte bancada de vereadoras e vereadores.

12. Uma unidade deste tipo só pode ser construída com base num debate franco e democrático e no estabelecimento de processos e procedimentos nos quais as várias forças políticas que compõe o PT sejam respeitadas, o que nem sempre vem acontecendo.

13. Parte importante deste debate se refere à necessidade de balanços profundos de algumas políticas chave do governo, para que possamos coletivamente fazer os ajustes necessários para a disputa eleitoral de 2012. A nosso juízo, aqui se destacam os temas da educação, saúde, habitação, transportes, saneamento básico e participação popular.

14. Na educação, resta por fazer um balanço efetivo e rigoroso da municipalização do ensino fundamental. Qual o real impacto desta política nas finanças municipais, na qualidade do ensino, na dinâmica interna da rede? Como funciona a dinâmica da expansão do ensino fundamental a cargo da prefeitura à vista das necessidades do ensino infantil e médio? O que vimos, ao contrário do decidido pela reunião que foi realizada no DM após a aprovação das primeiras escolas municipalizadas, foi a adoção de uma política de aceleração do processo sem uma reflexão mais acumulada e qualificada no Partido.

15. A saúde permanece um tema de forte apelo eleitoral que certamente será usado pelos nossos inimigos, dado que a realidade do atendimento ainda está aquém do necessário e permanecem problemas estruturais na implementação do PSF. Ficamos devendo também no quesito de uma participação popular mais qualificada no setor, sem o que será extremamente difícil atravessarmos a contento o período de transição necessário à reorganização dos serviços. Sabemos que não são questões de simples solução e da competência e esforço dos gestores da saúde, mas é preciso equacionar respostas rápidas visando resolver os problemas mais graves da área.

16. Na habitação, terreno em que o PT foi tradicionalmente hegemônico, temos observado um acirramento da disputa com outros partidos e o crescimento da influência de projetos de direita nos núcleos habitacionais. Nos últimos anos a ação da prefeitura focou-se na busca de financiamentos no governo federal, o que é necessário, mas não suficiente, visto tratar-se de projetos de maturação longa e que atingem pequena parcela do universo da população. Mas o mais grave no setor é a influência dos interesses da especulação imobiliária no encaminhamento de vários projetos, sem que o governo oponha resistência a isto. O caso mais emblemático a este respeito foi a alteração da legislação do Plano Diretor no final do ano passado, em que ocorreram problemas que merecem um debate detalhado nos fóruns adequados do Partido e do governo.

17. No transporte coletivo, a questão da privatização da ETCD é um tema explosivo politicamente e cuja solução nos parece insatisfatória. É urgente que retomemos um debate transparente a respeito desta questão nos fóruns do governo e do Partido.

18. Da mesma maneira, a polêmica em torno da criação da CSAD e virtual extinção da Saned é tema polêmico com forte apelo eleitoral. Questões chave como a manutenção da tarifa social e a não terceirização e precarização dos serviços seguem nebulosas no debate da questão.

19. Na questão da participação popular o tema do Orçamento Participativo é chave. Na prática, o novo modelo proposto pode gerar efeitos positivos em médio prazo, mas não resolve a dinâmica atual que se apresenta na cidade. Na verdade, o governo tem uma prática de planejamento interna que não foi compartilhada com a cidade, nem sequer com o Partido. Várias definições ignoram ou conflitam com desejos e reivindicações importantes da população e padecem de falta de interlocução com movimentos importantes.

20. Propomos que o debate sobre o orçamento concreto dos anos de 2011 e 2012 seja realizado no Partido de forma qualificada, até para que possamos atuar de forma unificada no processo do OP e no debate geral sobre as questões da cidade.

21. O debate deste conjunto de questões deve ser realizado por um Conselho Político à altura do desafio, que não se proponha a substituir nem o governo nem o Partido em seus papéis, mas seja capaz de produzir diretrizes e iniciativas políticas mobilizadoras da nossa militância.

22. Mas isto não será possível sem o enfrentamento das questões políticas centrais, dentre as quais se destaca a necessidade de uma forte mudança na relação com os partidos da "base aliada". É preciso romper definitivamente com situações inaceitáveis que existem no governo, em áreas estratégicas para a nossa ação.

23. A disputa eleitoral de 2012 não será trivial. A nova direita e a velha direita, os políticos tradicionais e as novas lideranças empresariais já se arvoram e se sentem à vontade para anunciar à luz do dia o objetivo declarado de derrotar o PT e passam a arregimentar forças com este objetivo. A este respeito é reveladora a fala de vários dos integrantes da "base de sustentação" na Câmara Municipal.

24. Mas a militância do PT tem forças e energias de reserva suficientes para enfrentar esta situação e dar uma resposta à altura, desde que sinta, desde já, firmeza e convicção ideológica da sua direção política.

25. É preciso desde já afirmar que o PT está disposto a retomar um processo de construção de uma hegemonia de esquerda na cidade, o que deve ser sinalizado com a decisão imediata do DM de que na eleição de 2012, nossa chapa majoritária, prefeito e vice-prefeito, será inteiramente petista.

26. Neste processo, nossa relação com os movimentos popular e sindical deve cumprir um papel realmente estratégico, o que precisa estar nítido no desenho das ações do governo nos próximos meses.

27. Ganha especial importância neste aspecto uma justa e qualificada relação do governo com o funcionalismo municipal, que devemos disputar para uma aliança estratégica com o nosso projeto.★

Brasília, 51 anos

*Zé Ricardo**

Brasília uma bela cidade que completará 51 anos no dia 21 de abril. Mas, comparada a idade de outras capitais brasileiras, Brasília ainda começa a engatinhar...

A história recente da Capital deixou, em todos os brasileiros, marcas profundas e, quem sabe, irreparáveis. Recém passada por um dos maiores escândalos públicos, Brasília ainda tenta se recuperar dessa crise e sacudir a poeira que, por muito tempo, sufocou e prejudicou as pessoas que moram aqui.

A poucos dias do seu próximo aniversário, a Brasília procura deixar no passado todas as acusações que lhes fizeram e encontrar um novo caminho. Nesse momento, de busca da auto-estima, a população demonstra extrema insatisfação com a maneira que tem sido tratada. Brasília e os brasilienses querem mudar a imagem de "cidade da corrupção" e esperam poder voltar a ter confiança em um governo.

Para os brasilienses, e até para muitos brasileiros, a expectativa é de que a Capital da República esteja à altura dos avanços econômicos, políticos e sociais que o Brasil vivencia há já oito anos. Mas esse novo caminho ainda é uma idéia a ser realizada, que depende da participação popular e da pressão que a sociedade organizada pode exercer sobre o governo.

O governo Agnelo pode ser a possibilidade de alteração dos rumos da política e da gestão pública? O que dizer desses 100 primeiros dias de um governo de ampla coalizão?

Primeiro, é preciso reconhecer que a campanha de Agnelo não expressou um conjunto coerente de idéias fortes que mobilizassem as pessoas para transformações, inclusive na cultura política da cidade. A ampla aliança, sem identidade programática, confundiu a população e gerou certa dispersão silenciosa que se manifestou no grande aumento das abstenções, votos nulos e brancos. Ao que parece, a vitória nas eleições parece ter sido a soma de uma aliança ampla com promessas de honestidade e realizações administrativas futuras.

A conseqüência imediata dessa fragilidade política e programática, é um alto grau de fragmentação do governo. São muitos núcleos de poder. É como se cada área, composta por uma força política, tentasse ser um governo próprio. São mini-governos com autonomia e direções distintas que se chocam dentro do mesmo GDF.

A poucos dias do seu próximo aniversário, a cidade de Brasília procura deixar no passado todas as acusações que lhes fizeram e encontrar um novo caminho. Nesse momento, de busca da auto-estima, a população demonstra extrema insatisfação com a maneira que tem sido tratada. Brasília e os brasilienses querem mudar a imagem de "cidade da corrupção" e esperam poder voltar a ter confiança em um governo.

Enquanto petistas, devemos defender a unidade partidária em torno do interesse público e de mudanças estruturais no GDF, pois, um governo que pretende seguir "um novo caminho" precisa ser firme na defesa dos mais pobres com políticas públicas de distribuição de renda e desprivatização dos interesses do Estado.

Assim, é essencial que o governador eleito, que é petista, e foi escolhido num intenso processo de prévias internas, volte a se reunir e ouvir a militância do Partido, que sente e responde todos os dias para a população a qualquer ação do Governo do Distrito Federal.

Ainda estamos no início da construção desse novo caminho, mas as definições desse começo são estratégicas para os desdobramentos e resultados futuros, e por isso o maior presente que os petistas podem dar a essa cidade é disputar, por fora e por dentro, o caráter popular e democrático dessa gestão. ★

***Zé Ricardo** é dirigente nacional da AE

Egito, Brasil, Maranhão

*João de Deus Castro**

Os primeiros ventos revolucionários do século XXI sopram do mundo árabe e causam tensão no resto do planeta. Milhões de pessoas vão às ruas e no curto prazo de cerca de 30 dias, na Tunísia e Egito, derrubam ditaduras, governos títeres dos EUA e Israel. Não há dúvidas, é de uma revolução que se trata. Revolução política bem entendido, ou seja, fortes abalos capazes de botar abaixo um tirano, reconfigurar as regras do jogo a partir de baixo e criar uma abertura democrática de participação mais ampla das massas no poder, com sérias repercussões sociais, econômicas e geopolíticas.

Politicamente, a oligarquia que governa o estado há mais de 40 anos praticamente ininterruptos, comandada por José Sarney, conseguiu isolar o Maranhão até mesmo dos avanços democráticos duramente conquistados Brasil afora nos últimos 30 anos. Um governador eleito uma única vez pelas oposições foi deposto e o último pleito, de outubro de 2010, foi marcado por fortíssimos indícios de fraude sistemática.

Não se trata de uma revolução social. Social em sentido forte, como usado em Lukács na expressão "ontologia do ser social", que abrange o econômico, o político e o cultural. Não se trata daquele terremoto demolidor do sistema de relações sociais de produção que faz ruir todo o aparato superestrutural – político, jurídico e ideológico –, substituindo-o por um novo modo de produção da existência material de uma sociedade. Pelo menos por enquanto. O povo continua ocupando as ruas, num processo que se amplia a cada dia: Tunísia, Egito, Argélia, Iêmen, Bahrein, Marrocos, Líbia... "Não se cansem, não se cansem. A liberdade ainda não foi alcançada", é o que grita um militante com um megafone, no meio da praça Tahrir (Liberdade), no centro do Cairo.

Tudo isso após um giro à esquerda que já dura mais de uma década na América Latina, onde governos de esquerda ou centro-esquerda conseguem propiciar mobilidade social dos mais pobres e mais independência frente aos governos dos países centrais.

Os países do centro do capitalismo já sentem a ferrugem lhes roer. A grande crise de 2008/2009 impactou com mais intensidade esse grupo. E, como saída, os governos optaram mais uma vez por preservar o grande capital, os causadores da crise, principalmente o financeiro, em prejuízo do mundo do trabalho e dos serviços públicos. E justamente por essa razão, uma nova crise se aproxima, é só uma questão de tempo. E, como sempre, esse processo não se faz sem atritos. Assim, ao mesmo tempo que a extrema direita recrudesce na Europa, vemos também o crescimento do ativismo social. Greve geral em novembro de 2010, depois de 20 anos sem mobilizações desta envergadura, em Portugal, para resistir à "flexibilização" de leis trabalhistas; forte onda de mobilizações ganha corpo na Inglaterra para impedir cortes nos gastos públicos; sem falar nas jornadas de lutas na Grécia e, mais recentemente, na Itália, pela derrubada de Berlusconi, e até nos Estados Unidos, no estado de Wisconsin, onde estudantes saíram às ruas contra o corte de direitos trabalhistas do funcionalismo público. São fenômenos em íntima conexão.

A grande questão: o que o centro do capitalismo fará para seguir valorizando o capital impunemente, sem a submissão da periferia? Uma possível resposta: intensificará a sangria da sua própria população. Mas: tais contingentes humanos aceitarão calados ao desmoronamento do que resta do estado de bem-estar social levantado em décadas desde o pós-Segunda Guerra? As classes dominantes dos países ricos parecem cair numa espécie, ainda que incipiente, de isolamento, por mais paradoxal que possa parecer, com a exposição das contradições internas daquelas sociedades, viciadas por sua vez em doses sempre crescentes de mais-valia arrancadas da periferia.

O Brasil, país que assistiu nos últimos 8 anos de governo Lula a uma significativa mobilidade social das classes trabalhadoras, vê agora, neste início de governo Dilma, a retomada de medidas de austeridade fiscal que se supunham superadas. Tais são os pontos mais importantes da conjuntura nacional: o aumento de 0,50% na taxa básica de juros; o anúncio de corte (50 bilhões de reais) do orçamento da União; e a imposição pelo governo de um aumento moderado do salário mínimo, para R$545, quase sem ganho real, conseguida com ampla maioria na Câmara. Tudo isso em apenas 50 dias. As centrais sindicais mal tiveram tempo de ensaiar uma reação mais contundente. São medidas claramente vinculadas à agenda conservadora derrotada em outubro de 2010, freando (em vez de aprofundar) o processo de mudanças e ascensão dos de baixo, visando proteger os de cima da grande crise que ronda. A grande mídia, embora também surpreendida, aplaudiu a "vitória do governo", mesmo em prejuízo de sua expressão política mais legítima, a oposição demo-tucana em frangalhos, revelador do compromisso mais profundo, de classe, dessa mídia com o andar de cima.

Ainda é cedo para definir o que será o governo Dilma, que, apesar dos primeiros movimentos, promete preservar os programas sociais, a educação, a saúde e o PAC, não ficando claro onde exatamente essa quantia fabulosa de 50 bilhões vai incidir. Corte, por isso mesmo, quase impossível de realizar plenamente sem causar paralisia dos serviços públicos. Mas nem por isso devem as classes trabalhadoras esperar (nem muito menos pagar) pra ver. A hora é de levantar as bandeiras e ganhar as ruas, pressionando pela esquerda um governo de coalizão que sinaliza perigosamente para as classes abastadas e o mercado, colocando em risco o legado conquistado nos últimos 8 anos, abrindo caminho para um realinhamento do Brasil com aquele grupo de países que ora caminha para o isolamento e para o fosso de uma nova crise financeira.

E falando em isolamento e crise, tratemos do Maranhão. Esta ilha de miséria cercada de ascensão econômica e social por todos os lados. Afinal, como se explica o fato de um estado cuja natureza exuberante – com tão diversificadas paisagens (o agreste ao leste, chapadas e cachoeiras ao sul, a Amazônia Legal a oeste, dois tipos litorâneos ao norte, um de manguezais e outro com os Lençóis Maranhenses, e uma mata de cocais no meio) e portanto enorme potencial turístico – e cujo grupo político dominante foi aliado de todos os governos centrais até aqui, não consegue alavancar-se econômica e socialmente, isso num contexto em que o nordeste cresce mais que o resto do país?

⇨

Em recente discurso na Assembleia Legislativa do MA, o deputado Bira do Pindaré/PT ressaltou com muita propriedade os contrastes que marcam essa realidade: 55,9% da população vivendo na pobreza absoluta (com menos de R$ 272 por mês), sem acesso a serviços básicos de saúde, educação, esgotamento e água potável; a 2ª pior taxa de mortalidade infantil do país; "620 mil pessoas acima de 15 anos não sabem ler, nem escrever"; 26ª colocação no ENEM de 2009; 2ª pior expectativa de vida; 1º em exportação de trabalho escravo, de vítimas do latifúndio que ainda impera numa terra de coronéis; sistema de segurança pública calamitoso etc. Tudo isso ante "300 mil Km² de terras férteis, 13 bacias hidrográficas" e uma posição estrategicamente invejável no globo, com um porto cujas águas são as mais profundas do Brasil, localizado na ilha de São Luís, a curta distância de países da América, Europa e África.

Politicamente, a oligarquia que governa o estado há mais de 40 anos praticamente ininterruptos, comandada por José Sarney, senador pelo AP e novamente presidente do Senado, conseguiu isolar o Maranhão até mesmo dos avanços democráticos duramente conquistados Brasil afora nos últimos 30 anos. Um governador eleito uma única vez pelas oposições foi deposto e o último pleito, de outubro de 2010, foi marcado por fortíssimos indícios de fraude sistemática.

Guardadas sempre as devidas proporções, o local e o global se vinculam desigual e combinadamente em meio a um capitalismo em crise e um mundo convulsionado. Egito e Maranhão se assemelham em dois pontos significativos impressionantes: catástrofe social e governo autoritário e violento, com aparência de estado de direito, eleições fraudadas e parlamento monopolizado. Uma combinação explosiva que produz, lá, a vanguarda da luta social, e cá, a vanguarda do atraso. Isso talvez se explique pela inserção do estado num país e numa região em que, além de abertura democrática, a energia da luta social é canalizada em grande medida para o momento político-eleitoral. Junte-se a isto a expectativa (elemento subjetivo) que o trabalhador pobre do Maranhão guarda no crescimento e mobilidade social de que vem gozando o resto do Brasil, principalmente o sofrido nordeste, e veremos, ao menos tendencialmente, não fortes solavancos revolucionários, mas pequenos abalos que vão minando a estrutura de poder dominante. A oligarquia carcomida vai desmoronando, e tanto mais rápido será seu fim quanto mais profundamente os partidos de esquerda, os movimentos sociais e o povo sentirem (elemento subjetivo) que a aliança de Sarney com o governo federal, ao contrário de funcionar como catalisador de desenvolvimento, constitui-se na verdade em barreira quase intransponível para a entrada até mesmo dos programas sociais criados por Lula e Dilma e minuciosamente instrumentalizados pela política dos coronéis, chegando sempre a conta-gotas às mãos do povo, e ainda sendo alardeados como realizações locais em períodos eleitorais.

Ao que tudo indica, "o melhor governo da minha vida" de Roseana Sarney será o pior da vida do povo. E o compromisso da presidenta de erradicar a pobreza do país encontrará um poderoso obstáculo no Maranhão.

O que fará a coligação de direita que sempre governou o estado – PMDB, DEM etc., agora com a participação pífia e cada vez mais restrita do setor do PT ligado ao vice-governador Washington Oliveira – frente às recentes medidas do governo federal, principalmente o citado corte de 50 bi, que afeta justamente aquilo que sempre garantiu a sobrevivência de velhas oligarquias, ou seja, o orçamento público? Ao que tudo indica, "o melhor governo da minha vida" de Roseana Sarney será o pior da vida do povo. E o compromisso da presidenta de erradicar a pobreza do país encontrará um poderoso obstáculo no Maranhão.

O germe da contradição já vem produzindo resultados importantes. A vitória de Roseana no 1º turno (a poucos milímetros do 2º turno) se deu graças a elementos como: o apoio de Lula, Dilma e um setor do próprio PT/MA que capitulou; abuso ostensivo do poder econômico (como sempre); e enfrentamento predominantemente moderado da oposição de esquerda. Contudo, a oposição tradicional representada pelo PDT de Jackson, que contou com a participação de setores oligarquizados (basicamente o PSDB de João Castelo), e que por curto período foi testada no governo do estado, foi substituída por um campo mais à esquerda – PCdoB, PSB, PPS e setores do PT que resistiram ao duro golpe da direção nacional do partido em favor de Sarney, na forma de uma intervenção – liderado por Flávio Dino. Um claro sinal de que o povo busca alternativa.

Assim, o 3º mandato de Roseana, que ela promete ser "o melhor governo de minha vida" (grifo nosso) e que é continuidade de 2 anos arrancados de Jackson, já começa em crise e paralisia: rebeliões nos cárceres, com um saldo de 94 mortos desde 2007, sendo 24 (7 decapitados) só nas duas últimas – uma em novembro do ano passado (na penitenciária de Pedrinhas) e outra há pouco mais de uma semana (em Pinheiro); a queda de Anselmo Raposo da SEEDUC, indicado de Washington; o apagão na UEMA/campus de Imperatriz, por falta de pagamento da conta de luz; e agora os escândalos na FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa/MA), envolvendo, dentre muitos outros, sarnopetistas também ligados ao vice-governador!! São fatos que não deixam dúvidas quanto à situação crítica em que se encontra mergulhado este governo.

Do outro lado, os petistas antioligarquia, reunindo quase todas as correntes do partido no MA, bem como lideranças importantes como Sílvio Bembem, Chico Gonçalves, o ex-prefeito de Imperatriz Jomar Fernandes, o dep. federal reeleito Domingos Dutra e o dep. estadual em primeiro mandato Bira do Pindaré, fundam neste início de fevereiro em ato público o campo Resistência Petista, que pretende ser um enclave contra o conservadorismo sarneysta.

Cabe por fim, tentar dar respostas, mesmo que em grandes linhas, à pergunta perene suscitada por Lenin: que fazer? E aqui, ao menos a linha mestra de atuação surge com clareza. Só a luta social e a ação diligente da esquerda podem botar um fim ao reinado da oligarquia Sarney no Maranhão e livrar também o Brasil desta praga. É preciso acumular mais força, o que só é possível com polarização política e na sociedade, sem trégua. Não há conciliação possível entre democracia e regime oligárquico. O povo mais empobrecido e os sujeitos atuantes não querem mais saber do meramente diferente, o que já foi testado com Jackson. Já deram sinais de que preferem, isto sim, o diametralmente oposto, oposição antagônica. Foi o que ficou claro, por exemplo, na reta final da campanha de 2010, quando Flávio Dino, com atraso, abandonou o discurso do bom-mocismo, mostrando que sua candidatura era, não diferente, mas o contrário do que aí está. Cresceu vigorosamente, ultrapassou Jackson e chegou à beira do segundo turno. É quase impossível demover o aparato sarneysta, que envolve os principais meios de comunicação de propriedade familiar, sem mobilização de sujeitos sociais, o que por sua vez só se faz com polarização política. O discurso (e ação) conciliatório, nesta realidade, só produz descrédito e desconfiança no seio do povo e dos movimentos, e coloca em risco tudo o que se conseguiu até aqui. 2012 vem aí e o movimento contraditório da realidade sempre nos brinda com surpresas. ★

***João de Deus Castro** é servidor público do MPF/SP e militante da AE.

A política espacial brasileira e o acordo de cooperação com os EUA

*Gino Genaro**

Base de lançamento de foguetes em Alcântara (MA)

Um anúncio importante envolvendo a área espacial foi feito durante a visita do presidente Obama ao Brasil neste mês de março. Trata-se da assinatura de um acordo de cooperação entre Brasil e EUA envolvendo a Nasa (agência espacial estadunidense). O acordo prevê "atividades conjuntas na área de pesquisa, desenvolvimento e fabricação de veículos lançadores (foguetes) ao espaço, bem como atividades de treinamento e o desenvolvimento de programas e projetos de cooperação para o monitoramento do planeta Terra e operações espaciais em geral".
Desde os seus primórdios na década de 1960, o Brasil havia feito uma clara opção por não abrir mão de sua soberania no que dizia respeito às pesquisas na área de lançadores de satélites. Esta opção nunca agradou aos EUA, por se tratar do desenvolvimento de tecnologia sensível (aquela que tanto pode ser utilizada para fins pacíficos, como lançar satélites, quanto para fins militares, no lançamento de mísseis e satélites de defesa, por exemplo). Na mesma época a Argentina adotou posição contrária, abdicando de sua autonomia nesta área e aceitando os termos da cooperação com os EUA, que previa o desenvolvimento apenas conjunto destas tecnologias, portanto, sob tutela estadunidense.

O Programa Espacial Brasileiro (PEB) tem início com a criação do Ministério da Aeronáutica, em 1941, durante a II Guerra Mundial, com a implantação do então Centro Técnico de Aeronáutica (CTA) e do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), ambos em São José dos Campos. O CTA é o órgão responsável, dentro do PEB, pelo desenvolvimento de foguetes. Mais tarde, em 1961, foi criado o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), responsável, dentre outras coisas, pelo desenvolvimento de satélites.

É bem verdade que foi a partir da interação com os EUA que o Brasil adquiriu os conhecimentos básicos na área de foguetes, o que incluía não somente os motores-foguetes, mas também a carga-útil e as operações de lançamento, rastreio e recuperação. O primeiro foguete desenvolvido no CTA, o Sonda II, foi inspirado no foguete Black Brant-III. A ajuda dos EUA cessaria duas décadas depois, com inúmeros embargos ao PEB, situação esta que permanece até o presente.

Em função do sucesso obtido com os foguetes Sonda II e Sonda III, do novo arranjo institucional da área espacial e das legítimas aspirações de uma nação em desenvolvimento, o Brasil estava pronto para dar um novo salto em seu programa espacial: optou pelo desenvolvimento autônomo da tecnologia necessária para a criação de um foguete (o VLS-1), capaz de colocar artefatos na órbita da Terra.

No front externo o quadro se mostrava pouco favorável ao Brasil. Com a formação do Missile Technology Control Regime (MTCR), em 1987, as nações que dominavam a tecnologia espacial restringiram a transferência de tecnologia associada a mísseis. Portanto, mesmo sendo um programa com objetivos civis, o programa VLS-1 sofreu um duro revés. O fato de o Brasil possuir um programa de lançadores conduzido por militares em um país também com ambições nucleares era mal visto pelos países desenvolvidos. Para completar, houve a decisão do governo brasileiro de não aderir ao MTCR. Dessa forma, foram embargados computadores, matérias primas de propelentes, giroscópios, plataformas inerciais e materiais compósitos. Apesar do boicote, o Brasil logrou êxito em importar, em 1995, plataformas inerciais da Rússia, sob protestos do governo dos EUA.

Os "otimistas" podem argumentar que os tempos são outros, que o Brasil se desenvolveu, que os EUA também mudaram. Mas a dura verdade é que o Brasil somente conseguirá atingir seus objetivos na área espacial caminhando com suas próprias pernas.

Se não bastasse o boicote internacional por parte dos países detentores da tecnologia espacial, há riscos internos nada desprezíveis. Além de setores da sociedade que julgam que o Brasil não precisa de um veículo lançador de satélites, tem-se a percepção que a própria Aeronáutica não está convencida dessa necessidade, uma vez que trata o programa VLS-1 da mesma forma que outros programas de menor importância estratégica.

Cabe destacar que dentre os países pertencentes ao Bric (Brasil, Rússia, Índia e China), o Brasil é o único que não domina a tecnologia de construção e lançamento de artefatos espaciais. Para um país com as dimensões continentais do Brasil e que almeja uma

maior inserção no cenário internacional, é inconcebível a ausência de satélites de defesa. Em um mundo em que a questão ambiental domina boa parte da agenda internacional, e do qual o Brasil é ator principal em função da Amazônia, é inaceitável a inexistência de satélites de sensoriamento remoto 100% nacionais. Considerando-se que 30% do PIB nacional advêm da agroindústria, é temerário imaginar que dependamos de nações estrangeiras para efetuar a previsão do tempo.

É com base nesta realidade, em especial no histórico do Programa Espacial Brasileiro, que este acordo de cooperação na área espacial com os EUA deve ser analisado. Os "otimistas" podem argumentar que os tempos são outros, que o Brasil se desenvolveu, que os EUA também mudaram. Mas a dura verdade é que o Brasil somente conseguirá atingir seus objetivos na área espacial caminhando com suas próprias pernas. Nenhum país irá nos "transferir" esta tecnologia no âmbito de nenhum acordo.

Só para ficar em um exemplo concreto: o Brasil tem um acordo de "cooperação" com a China na área espacial que já dura mais de 20 anos. Neste período foram lançados três satélites de imageamento da Terra, e há mais dois praticamente prontos para serem lançados nos próximos anos. As bases do acordo são simples: 50% para cada lado, em tudo, dinheiro, fornecimento de equipamentos, despesas com lançamento, etc.

Quando teve início na segunda metade da década de 1980 poderia se dizer que o programa era igualmente importante e estratégico para ambos os países. Passados 20 anos muita coisa mudou: a China experimentou um avanço fenomenal na área espacial, passou a ser um dos três países a conseguir colocar pessoas na órbita da Terra, enviou missões não-tripuladas para a órbita da Lua, lança uma média de 15 a 20 satélites por ano (só os deles, sem falar os que eles lançam para terceiros, em bases comerciais).

Hoje o acordo de cooperação com a China (CBERS) continua sendo o cartão-postal da Política Espacial Brasileira, ao passo que para os chineses, este programa é, do ponto de vista científico-tecnológico, praticamente insignificante. Atualmente o que mantém este acordo em pé são os interesses geopolíticos. Que, convenhamos, não é pouca coisa.

Agora, se com a China, nosso parceiro do Bric, a relação já é descomunalmente desigual na área espacial, o que falar de um acordo com os EUA nesta área? Não há como se comparar um país que possui 433 satélites operacionais com outro que conta com apenas dois. Tal descompasso fica ainda mais evidenciado quando se constata que o custo de cada lançamento do ônibus espacial americano (cerca de quinhentos milhões de dólares) é superior ao orçamento anual do Programa Espacial Brasileiro.

Por tudo isso pode-se afirmar que o recém-assinado acordo de cooperação com os EUA na área espacial tem tudo ou para se transformar em letra morta, servindo apenas como instrumento diplomático com vistas à aproximação comercial entre os dois países, ou, o que seria pior, a brecha política que faltava aos EUA para implementarem seu antigo desejo de "alugar" a base de lançamento de foguetes de Alcântara, no Maranhão, após o Congresso Nacional ter "engavetado" tal proposta feita no governo FHC, por tudo que representava em termos de quebra da soberania de uma parte do território brasileiro. ★

***Gino Genaro** é engenheiro do Inpe e diretor do Sindicato dos servidores públicos federais na área de C&T do Vale do Paraíba.

PT repudia intervenção estrangeira na Líbia

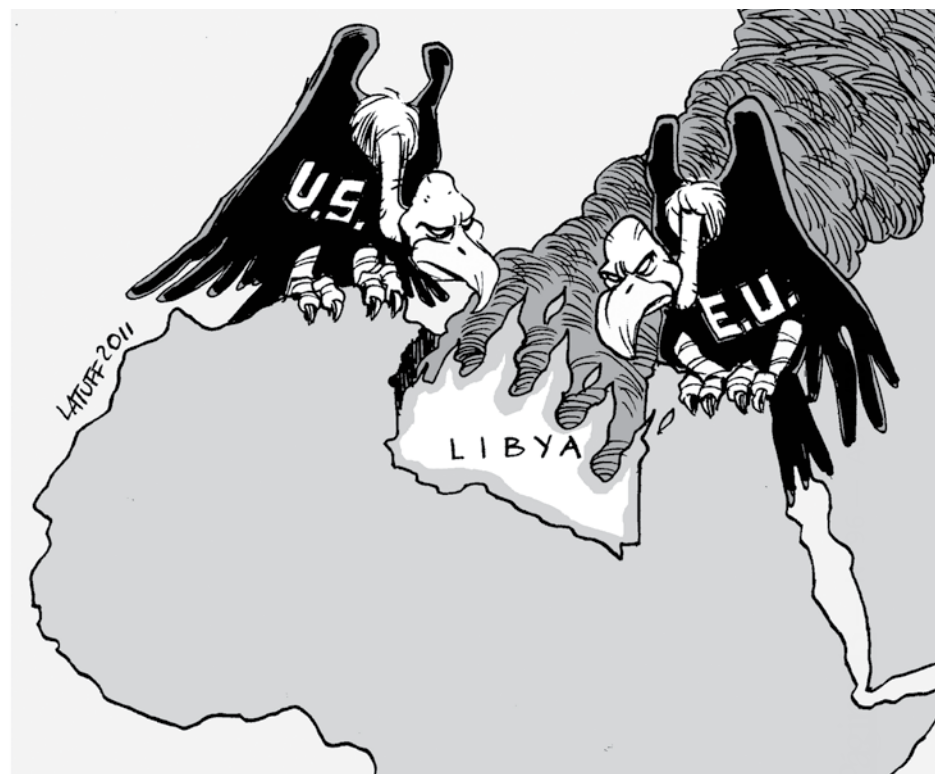
O Partido dos Trabalhadores manifesta seu repúdio e condenação aos ataques militares estrangeiros que estão sendo perpetrados contra o território líbio, considerando-os uma verdadeira afronta aos princípios da soberania nacional e da autodeterminação dos povos.

Tais ataques, supostamente respaldados pela resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU -- que não contou com o apoio do Brasil --, só poderão resultar em mais perdas de vidas e mais destruição naquele Estado.

A garantia dos Direitos Humanos é fundamental, mas não pode servir de pretexto para o uso da força militar e para ações intervencionistas, que tendem a tornar ainda mais penosas as condições de vida das populações locais.

O PT soma-se assim aos que exigem a interrupção imediata da intervenção armada na Líbia, e reitera seu apoio às iniciativas que visam construir uma saída política pacífica e negociada para o conflito ali instalado.

O PT expressa ainda sua solidariedade ao povo líbio, convicto de que somente a ele deve caber o direito de decidir autonomamente sobre o futuro político daquele país.

Rui Falcão Presidente nacional (em exercício) do PT
Iole Ilíada Secretária de Relações Internacionais do PT

Neoliberalismo e gestão petista da Educação (1)

por ***Pedro Estevam da Rocha Pomar****

Nas últimas décadas, o apetite de capitais nacionais e estrangeiros pelo setor educacional resultou nos seguintes fenômenos: a) sucateamento do ensino público em geral; b) enorme expansão do ensino privado, particularmente do ensino superior; c) privatização "interna" das universidades públicas federais e estaduais, por intermédio da ação de fundações privadas; d) introdução de mecanismos dedicados a aumentar a exploração da força de trabalho e quebrar sua organização e capacidade de reflexão, controlando-a seja pela via da cooptação, seja por meio de processos coercitivos de avaliação e certificação.

Recentemente, instituições privadas de ensino nacionais têm sido compradas por congêneres do exterior; outras abrem seu capital por meio da oferta de ações em bolsas de valores; todas investem no ensino à distância, de duvidosa qualidade; e novos *campi* privados são abertos em outros estados, que não os da matriz. Exemplos: a Universidade Paulista (Unip) possui *campi* em Brasília, Goiânia e Manaus; a Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro, oferece cursos presenciais em inúmeros pontos do país; a Universidade Luterana do Brasil (Ulbra, de Canoas, no Rio Grande do Sul) tem alunos à distância em "polos presenciais" situados em Maceió e outras cidades do nordeste etc.

Este texto pretende abordar alguns aspectos da atuação do governo federal no setor educacional, especialmente no tocante ao ensino superior. Como as gestões federais petistas comportam-se em relação aos interesses citados? Que concepções ditam suas políticas para o ensino superior público? Pretendemos demonstrar que certos pressupostos neoliberais exercem influência sobre a atuação do Ministério da Educação (MEC), que mantém a linha preconizada pelo Banco Mundial no tocante à transferência de responsabilidades ao setor privado, ao controle da força de trabalho e a outros aspectos do setor educacional.

ProUni e Reuni

A política do MEC é ambígua: por um lado expande as redes de universidades federais e de escolas técnicas federais (estas últimas agora chamadas de institutos federais de educação, ciência e tecnologia); por outro lado beneficia o setor privado com o ProUni e, agora, o Pronatec, programa similar voltado para o ensino médio profissionalizante.

Não se trata apenas de entender que a renúncia fiscal praticada com o ProUni, mediante a troca de bolsas de ensino por "vagas", beneficia as empresas de ensino com recursos, bilhões de reais, que poderiam ser melhor aplicados na expansão do ensino público superior. Trata-se de reconhecer que o ensino público superior é de maior qualidade, muito acima da média encontrada nas instituições privadas; e que, portanto, o ProUni raramente garante aos estudantes bolsistas a formação que seria desejável.

Em troca de renúncia fiscal e isenção fiscal, a única contrapartida exigida das empresas privadas de ensino são as supostas "vagas" reservadas aos estudantes beneficiados com o ProUni. As instituições privadas, salvo as exceções de praxe, não contam com corpo docente qualificado; na maioria delas, professores com doutorado são contratados somente por ocasião das visitas dos auditores do MEC, e depois demitidos. A repressão à organização dos professores e dos estudantes é implacável. O MEC nada tem feito para mudar esta realidade; ao contrário, o ProUni a fortalece e perpetua.

No tocante às instituições federais de ensino superior (IFES, ou universidades federais), é bem verdade que houve avanços inegáveis, como a criação de 14 delas e a contratação de milhares de professores. Mas o alardeado projeto de expansão das próprias IFES, que é o programa Reuni, merece questionamento. A liberação de verbas para as universidades que aderem ao programa se dá mediante a assinatura de contratos de gestão, modalidade típica do receituário neoliberal. Implicam a adoção compulsória de metas, como altíssima relação alunos/professor e índice de conclusão de curso de 90%, totalmente irreal. Além disso, não há garantia de recursos para manter as instalações construídas e os cursos criados com as verbas do Reuni.

O fato concreto é que, apesar da incorporação de novas unidades à rede de universidades federais e da discutível expansão propiciada pelo Reuni, o setor privado ainda concentra cerca de 90% das matrículas do ensino superior no país, graças à indispensável subvenção financeira proporcionada pelo ProUni. Para reverter tal quadro será preciso, além de enfrentar os interesses privados, investir maciçamente no ensino superior público.

A extinção da Desvinculação das Receitas da União (DRU) deverá aumentar em R$ 7 bilhões anuais o aporte de recursos ao MEC, a partir de 2011. Contudo, isso será insuficiente para superar os desafios da atualidade (basta lembrar a necessidade de maiores esforços no combate ao analfabetismo) e, em particular, para garantir à juventude trabalhadora acesso ao ensino superior público e de qualidade.

Fundações

A questão do financiamento do ensino superior público remete ao grave problema da atuação das fundações privadas "de apoio", que parasitam as universidades públicas fe-

Mantidas por grupos de docentes em posições de mando (reitores, diretores, chefes, professores titulares), as fundações introduziram a lógica mercantil nas universidades. Os professores beneficiários tornaram-se, de fato, empresários: passaram a vender projetos, pesquisas e consultorias a governos e a empresas privadas.

derais e estaduais (bem como as ex-escolas técnicas e os institutos públicos de pesquisa). Embora as primeiras fundações desse tipo tenham surgido durante a Ditadura Militar, sua proliferação ocorreu a partir da década de 1980, nos marcos da onda neoliberal. Criadas a pretexto de "apoiar" as instituições nas quais tiveram origem, mediante a captação de recursos externos, mas também, no caso das IFES, destinadas a driblar a prática do governo de estornar ao Tesouro as verbas por ele liberadas tardiamente e por isso não utilizadas ao cabo do ano fiscal (repassadas às fundações, tais verbas apareciam como aplicadas), as fundações tornaram-se a ponta de lança da privatização endógena das universidades públicas federais e estaduais.

Mantidas por grupos de docentes em posições de mando (reitores, diretores, chefes, professores titulares), as fundações introduziram a lógica mercantil nas universidades. Os professores beneficiários tornaram-se, de fato, empresários: passaram a vender projetos, pesquisas e consultorias a governos e a empresas privadas. Também montaram uma verdadeira indústria de cursos pagos dentro das universidades públicas, em ostensiva afronta ao princípio da gratuidade, conquistado no artigo 206 da Constituição Federal. Porém, a atuação dessas entidades vem sendo tolerada, incentivada e até legitimada pelo MEC nas gestões do PT.

A real contribuição financeira dessas entidades privadas às universidades públicas que elas dizem apoiar é supérflua. Contudo, exercem uma tripla função: a) colocam a universidade diretamente a serviço do mercado; b) cooptam uma parcela dos docentes, que obtêm larga remuneração adicional com a venda de serviços, e com isso abdicam de reivindicações salariais; c) reduzem a pressão das reitorias por mais verbas.

A lei 8.958/1994, editada por Itamar Franco, abriu caminho às fundações privadas, permitindo que celebrassem convênios com as IFES. As fundações passaram, então, a beneficiar-se do mecanismo da dispensa de licitação, obtendo assim do poder público, por meio de generosos contratos firmados sem licitação, enorme volume de recursos; e puderam desfrutar de ampla liberdade de ação. Investigação do Tribunal de Contas da União, referente ao período 2002-2007, identificou um total de R$ 6,8 bilhões em recursos empenhados por entes públicos federais em favor de fundações "de apoio" atuantes em 14 estados, o que dá uma idéia da dimensão financeira do problema.

O MEC chegou a credenciar mais de 100 fundações privadas; e na Universidade de São Paulo (USP), estadual, existem nada menos do que 30. Dessa situação resultou crescente promiscuidade entre público e privado, e notório conflito de interesses. Casos de polícia vieram à tona nas universidades federais de Santa Catarina (UFSC) e de Santa Maria (UFSM), depois na Universidade de Brasília (UnB), em 2008. Mas a prisão de um ex-reitor e a renúncia de reitores envolvidos com as fundações, na UnB e na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), não bastaram para alterar a política do governo federal.

Mais recente medida sobre o assunto, a lei 12.349/2010, resultante de conversão da MP 495/2010, amplia o raio de ação das fundações "de apoio", ao dispensar de licitação as contratações realizadas pelo governo federal nas seguintes situações: a) quando relacionadas à Lei da Inovação Tecnológica (que permite cessão de equipamentos públicos a capitais privados); e b) quando ocorrerem por iniciativa da Finep, do CNPq e de outras agências e fundos governamentais.

O curioso é que esta MP integra o chamado "pacote da autonomia", que também desobrigou as IFES de devolverem ao Tesouro as verbas não desembolsadas dentro do ano fiscal — atendendo assim à antiga reivindicação dos reitores e eliminando uma das principais justificativas para a existência das fundações.

Propostas

Em virtude das questões acima elencadas, a AE deve defender, dentro do PT, as seguintes medidas concernentes à ação do governo, sem prejuízo daquelas que já integram nossas propostas (como investimento nacional em educação, em todos os níveis, equivalente a 10% do PIB):

1. Expansão consistente da rede de universidades federais, garantida a dotação permanente de recursos orçamentários e contratação de professores por concurso público, tendo como meta geral oferecer 50% das matrículas do ensino superior nos próximos 10 anos. Fim gradual do ProUni. No Reuni, retirada dos contratos de gestão.

2. Severa fiscalização sobre as empresas privadas de ensino superior. Exigência de contratação permanente de professores com mestrado e doutorado e de liberdade de organização para professores e estudantes.

3. Fim de todo e qualquer relacionamento entre instituições públicas de ensino e pesquisas e as fundações privadas autoproclamadas 'de apoio' (e similares). Revogação da lei 8.958/1994 e dos dispositivos da lei 12.349/2010 que tratam do assunto; e das demais medidas legais que legitimam fundações. ★

***Pedro Estevam da Rocha Pomar** é jornalista e militante da AE em SP

Sugestão de roteiro para discussão nos congressos de base da AE

por *Valter Pomar**

O 1º Congresso da Articulação de Esquerda (AE) começa nos congressos de base (municipais ou regionais), previstos para os meses de abril e maio, onde elegeremos os delegados aos congressos estaduais, que devem ocorrer nos meses de junho e julho. A plenária final do 1º Congresso está marcada para os dias 5, 6 e 7 de agosto de 2011, na cidade de Brasília.

A pauta do Congresso da AE inclui um balanço do período precedente, uma discussão sobre estratégia e programa, sobre conjuntura e tática, sobre a construção do PT e da própria tendência. Inclui, também, a eleição da nova direção e da comissão de ética.

Para estimular o debate, o regimento do Congresso estabeleceu uma novidade: não haverá documento base, elaborado pela direção nacional. No lugar disto, o regimento do Congresso prevê que os militantes da tendência inscrevam propostas de texto-base, a partir do dia 30 de março de 2011, até o dia 30 de julho de 2011.

Também segundo o regimento, as propostas de texto-base devem versar sobre cada ponto da pauta do 1° Congresso.

A pauta do Congresso inclui os seguintes pontos: I. Balanço do período, até a eleição de 2010; II. Estratégia e programa para o próximo período; III. Conjuntura e tática; IV. Construção do PT e da AE; V. Eleição da nova direção nacional e da comissão de ética.

Para dar uma idéia de conjunto dos problemas envolvidos, o primeiro ponto de pauta (balanço do período) deveria abordar os seguintes temas: 1) a luta pelo socialismo no mundo; 2) o quadro latino-americano; 3) a situação geral no Brasil; 4) a trajetória do PT e sua situação atual; 5) a trajetória da AE (1993-2011) e nossa situação atual.

As formulações sobre o segundo ponto de pauta (estratégia e programa) deveriam incluir, em tópicos distintos mas articulados, nossa posição sobre: 6) o programa para o Brasil; 7) a estratégia de construção e conquista do poder; 8) o detalhamento das diferentes formas de luta e o papel dos diferentes instrumentos organizativos das classes trabalhadoras; 9) a análise crítica da estratégia & programa propostos pelas demais forças da esquerda brasileira.

O terceiro ponto de pauta (conjuntura e tática), deveria incluir uma análise: 10) das tendências da conjuntura, de hoje até 2014, bem como a apresentação da nossa pauta de desafios táticos; 11) dos desafios do governo Dilma e de nossos objetivos em 2014; 12) dos desafios dos governos estaduais dirigidos pelo PT; 13) dos desafios dos governos municipais dirigidos pelo PT e da preparação das eleições municipais de 2012; 14) de nossos objetivos no Congresso Nacional e nos parlamentos estaduais; 15) das lutas sociais no período; 16) de nossa política internacional.

Acerca do quarto ponto da pauta (a construção do PT e da AE), o nosso Congresso deveria abordar: 17) a postura da AE na disputa de rumos do PT; 18) as propostas da AE para o congresso extraordinário do PT; 19) nossa tática para o PED de 2013; 20) nossa atuação nos movimentos sociais; 21) nossa atuação na Juventude Petista, bem como nos movimentos sociais juvenis; 22) nossa conduta na luta cultural, comunicacional, ideológica; 23) a organização da AE, inclusive de nossos setoriais sindical, de juventude e de mulheres.

A seguir, apresento opiniões e sugestões de abordagem sobre alguns dos itens acima listados.

1) A luta pelo socialismo no mundo está, desde o final dos anos 1980, numa etapa de defensiva estratégica. A partir do final dos anos 1990, esta defensiva coincide com um período de grande instabilidade internacional, decorrente da combinação entre duas variáveis principais: a crise capitalista internacional e o declínio da hegemonia estadounidense. Este período de instabilidade é e continuará sendo marcado por crises, guerras e grandes revoltas sociais. Não é possível saber quanto tempo durará este período de instabilidade. Isto, bem como o que ocorrerá depois, dependerá da luta política, dentro de cada país, e da luta entre Estados e blocos regionais. Hoje, esta disputa política internacional é travada por dois grandes pólos: de um lado, os Estados Unidos e seus aliados europeus e japoneses; de outro lado, os países que integram os BRICS e seus aliados. Trata-se de uma disputa nos marcos do capitalismo. Nesta disputa, o movimento socialista internacional deve ter dois objetivos: taticamente, derrotar o pólo hegemonizado pelos Estados Unidos; estratégicamente, construir um pólo socialista. Para estes dois objetivos, possui grande importância tanto o processo em curso na América Latina, quanto o que está ocorrendo no Magreb e Oriente Médio.

2) A América Latina e Caribe é um dos cenários da disputa entre os Estados Unidos e os Brics. Portanto, uma disputa que no fundamental diz respeito ao seguinte: se a região continuará sendo hegemonizado pelos EUA; ou constituir-se-á em uma região integrada, com política própria. Apesar de ser uma disputa nos marcos do capitalismo, há um elemento fundamental: na América Latina e Caribe, o pólo socialista possui uma força expressiva, que se traduz na presença ou hegemonia de partidos de esquerda em vários países da região; assim como na presença de uma oposição de esquerda naqueles países onde a direita neoliberal segue controlando o governo nacional. A força da esquerda nos permite combinar, de maneira mais efetiva do que em toda a nossa história, a luta pela soberania, integração e desenvolvimento, com a luta por outra ordem social. Portanto, os desafios fundamentais da esquerda na região são os seguintes: a) não perder os governos nacionais (e outros espaços) conquistados até agora; b) conquistar novos governos nacionais (e outros espaços); c) onde estamos no governo nacional, impulsionar mudanças estruturais de natureza democrático-popular; d) acelerar o processo de integração regional, fundamental para reduzir a ingerência imperialista; e) estimular a formação de uma cultura socialista de massas latinoamericana e caribenha. Viabilizar estes objetivos depende em grande medida do que ocorra em alguns países estratégicos, entre eles o Brasil.

3) No Brasil continua a disputa entre duas grandes alternativas de desenvolvimento: a conservadora e a progressista. A alternativa conservadora é aquela onde o capitalismo se desenvolve sem reformas estruturais, com baixos teores de democracia e mantendo o Brasil alinhado aos Estados Unidos. A alternativa progressista é aquela em que o desenvolvimento capitalista é combinado com reformas, democratização e soberania nacional. Ao longo de grande parte do século XX, a alternativa conservadora foi hegemônica, o que explica a coexistência de crescimento rápido, num ambiente de ditaduras e desigualdade social crescente. Durante quase todo o século XX, a alternativa progressista, além de minoritária, foi hegemonizada por forças capitalistas, tendo algumas forças socialistas como aliadas. No final dos anos 1980, as for-

ças socialistas, encabeçadas pelo PT, passaram a dirigir o bloco de forças políticas e sociais defensor da alternativa progressista. Por um breve momento, pareceu que passaríamos a ter uma disputa entre duas grandes alternativas: a capitalista-conservadora e a democrático-popular & socialista. Mas este momento durou pouco: num ambiente internacional e nacional marcado pela crise do socialismo e pela ofensiva neoliberal, o Partido dos Trabalhadores e grande parte da esquerda brasileira rebaixaram seus objetivos programáticos e estratégicos. Assim, os anos 1990 seguiram marcados pela disputa entre a alternativa conservadora (agora sob hegemonia neoliberal) e a progressista (agora encabeçada pelo PT). O período neoliberal acentuou as tendências mais conservadoras do padrão tradicional do desenvolvimento brasileiro, a tal ponto que ocorreram cisões no bloco hegemônico, cisões que foram fundamentais para nos levar à presidência da República. Uma vez conquistada a presidência, nosso grande desafio tático consiste em concluir a superação da herança neoliberal, que continua extremamente influente. E nosso grande desafio estratégico consiste em, mantendo o governo nacional e a hegemonia do PT sobre as forças progressistas, fazer da alternativa democrático-popular & socialista um dos pólos da disputa. Fazer isto dependerá, em boa medida, da postura do Partido dos Trabalhadores.

4) O Partido dos Trabalhadores passou, até hoje, por três grandes momentos, que podem ser sintetizados assim: 1980-1989, oposição à ditadura e à transição conservadora; 1990-2002, oposição ao neoliberalismo; desde 2003, partido do/a presidente/a da República. Ao longo destes três momentos, o PT transformou-se na alternativa eleitoral preferida pela maioria da classe trabalhadora brasileira. Além disso, continua sendo a opção partidária da maioria das lideranças sindicais, urbanas e rurais, tendo ademais uma grande influência na juventude e nos demais movimentos sociais. Nosso desafio é colocar este potencial a serviço de uma política que nos permita passar: a) da condição de governo à condição de poder; b) da condição de melhorar a vida do povo nos marcos do capitalismo, para a condição de elevar a vida do povo nos marcos de uma transição socialista. Mas para que esta estratégia seja implementada, as posições democrático-populares & socialistas precisam se tornar novamente hegemônicas no interior do Partido.

5) A Articulação de Esquerda surgiu em 1993. Nosso objetivo fundamental, desde o princípio e até hoje, consiste em defender o programa e a estratégia democrático-popular & socialista, bem como o caráter de classe, de massas, de luta e internamente democrático do Partido. Nos últimos 18 anos, lutamos contra os setores social-democratas e social-liberais do Partido; contra os defensores da estratégia eleitoral e das alianças de centro-esquerda; contra os defensores de um partido sem caráter de classe, afastado das lutas sociais e com baixos teores de democracia interna. Ao longo destes 18 anos, também combatemos aqueles setores que se afastaram do PT, pela direita ou pela esquerda. Especialmente em dois momentos (1993-1995 e 2005-2007), jogamos um papel decisivo para a sobrevivência do PT; no primeiro caso em defesa do PT enquanto alternativa de esquerda; no segundo caso, em defesa da sobrevivência do Partido enquanto tal, frente aos ataques da direita. Apesar de termos jogado um papel decisivo naqueles e noutros momentos, observando de conjunto podemos dizer que, em parte devido a circunstâncias históricas para além do nosso controle, em parte por erros nossos, não fomos capazes de alterar a inflexão moderada seguida pelo PT desde o início dos anos 1990. Hoje, neste ano de 2011, ao mesmo tempo em que reafirmamos nossa opção de prosseguir construindo o Partido dos Trabalhadores, sabemos estar diante de dois desafios imediatos: a) o de atualizar nossa linha política, para que sejamos capazes de atingir os mesmos objetivos originais, agora noutras condições históricas; b) o de modificar nosso funcionamento interno, para que possamos crescer sem que sejamos subjugados pelos hábitos e costumes que destruiram ou deformaram totalmente outras tendências do PT.

6) Para que a Articulação de Esquerda seja capaz de enfrentar exitosamente estes dois desafios, é preciso colocar a política no comando. Ou seja: em alguns casos formular, noutros casos atualizar formulações, em ambos os casos ganhar apoios para nossas opiniões, através do debate e da ação prática. As resoluções de nossa X Conferência Nacional devem ser o ponto de partida para o debate que faremos, no 1º Congresso, acerca do programa para o Brasil; acerca da estratégia de construção e conquista do poder; acerca do papel das diferentes formas de luta e dos diferentes instrumentos organizativos das classes trabalhadoras. Nos cabe formular, ainda, uma análise crítica atualizada da estratégia & programa propostos pelas demais forças da esquerda brasileira (desde PDT e PSB, passando pelo PCdoB, incluindo Consulta Popular, PSOL e PSTU).

7) O balanço da campanha eleitoral, aprovado após o segundo turno de 2010; e o projeto de resolução sobre conjuntura, publicado na Tribuna de Debates número 3, são o ponto de partida para nossa análise sobre as tendências da conjuntura, de hoje até 2014, bem como para uma síntese dos desafios táticos do PT, do governo Dilma, dos governos estaduais e municipais dirigidos pelo PT, de nossos objetivos nas eleições municipais de 2012 e presidenciais de 2014, bem como de nossos objetivos no Congresso Nacional e nos parlamentos estaduais. Também expõem nossa visão sobre a conjuntura internacional e sobre o papel que conferimos às lutas sociais.

8) Ao mesmo tempo que reafirmamos nossa aposta na construção do PT, ampliamos nossa advertência sobre as transformações negativas que o Partido vem experimentando. A esse respeito, o fundamental é dito no balanço que fazemos da campanha eleitoral de 2010. É com base no diagnóstico ali feito, com as correções e acréscimos que sejam feitos no 1º Congresso da AE, que apresentaremos nossas propostas para o congresso extraordinário do PT (setembro de 2011). Com base no desenho partidário que emergir deste Congresso, definiremos nossa tática para a próxima eleição das direções partidárias (marcada, salvo decisão em contrário do Congresso extraordinário, para 2013). Em qualquer dos casos, trabalharemos duramente para ampliar nossa presença institucional e nossa influência nos movimentos sociais. E incluiremos como uma das dimensões principais de nosso trabalho como tendência, a luta cultural, comunicacional, ideológica.

9) Os mesmos fenômenos negativos que incidem sobre o PT, incidem sobre a AE. Com o seguinte agravante: perder nossas características de esquerda reduz nossa capacidade de atração, diminui nossa influência, reduz nosso potencial de crescimento. Neste sentido, devemos em primeiro lugar redobrar nossa capacidade de formulação política. Em particular, é preciso atualizar nossa análise de classes da sociedade brasileira, dando atenção especial às movimentações ocorridas ao longo dos últimos anos no interior da classe trabalhadora, a partir da elevação dos padrões de consumo de milhões de pessoas. É preciso, também, ampliar nossa presença institucional e social, nossa atuação na vida partidária. Também devemos dotar a tendência de maior organicidade, autonomia financeira, formação política, capacidade dirigente. E definir uma política de recrutamento de novos quadros para a tendência, dando ênfase para a juventude trabalhadora.★

***Valter Pomar** é integrante do Diretório Nacional do PT

BRASIL POTÊNCIA - Como conquistar uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU

por ***Walter Koscianski****

No jogo de poder mundial, como em qualquer outro, espaços não são concedidos, são conquistados, estas conquistas são realizadas em diversas esferas, e no final é o conjunto que vale.

E como o Brasil poderia realizar seu destino de quinto maior país do mundo em extensão e população, com a correspondente parcela de poder e dos benefícios desta posição no tabuleiro mundial?

Discorreremos aqui sobre alguns dos vários componentes relevantes nesta almejada conquista, sempre tomando em conta que a meta de ser um país poderoso, relevante no cenário mundial, em benefício dos brasileiros, motivo de orgulho nacional, satisfação e qualidade de vida para seu povo, e que pode ser um objetivo aglutinador político das vontades dos próprios brasileiros.

O primeiro requisito é a atitude dos brasileiros, de seu governo, da vontade nacional, é querer e acreditar no objetivo, pois subdesenvolvimento é um estado mental.

Poder é ação, e ação diplomática sempre será um dos pilares deste jogo, e o Brasil mostrou como se pode ter uma projeção de poder maior que suas possibilidades relativas, com a inteligente política externa autônoma do governo Lula, implementada pelo Chanceler Celso Amorim, onde a consigna "ativa e altiva", marca o rumo de um país que se respeita e quer construir seu lugar entre as grandes potências mundiais.

Poder político e poder econômico nunca estão dissociados, e assim a recolocação do Brasil passa por um ciclo de desenvolvimento acelerado, onde em 10 anos poderíamos superar o PIB da Inglaterra e França, seriamos o quinto país em tamanho de PIB, algo plenamente viável e alcançável, se tivermos isto com meta e organizarmos o país para isto.

Poder político e poder econômico nunca estão dissociados, e assim a recolocação do Brasil passa por um ciclo de desenvolvimento acelerado, onde em 10 anos poderíamos superar o PIB da Inglaterra e França, seriamos o quinto país em tamanho de PIB, algo plenamente viável e alcançável, se tivermos isto com meta e organizarmos o país para isto.

Desenvolvimento e projeção de um país na história contemporânea está diretamente ligado ao poder econômico do país, de sua capacidade tecnológica, da eficiência e produtividade de sua economia e de suas empresas, de suas empresas nacionais, onde o centro de decisão, acionistas e desenvolvimento avançado está baseado no Brasil.

Não atingiremos o desenvolvimento ou uma situação de poder, respeito e consideração mundial convivendo com milhões de miseráveis, o governo Dilma acerta em decidir erradicar a vergonhosa miséria que sucessivos governos trataram de criar, manter, esconder e justificar.

O tamanho do PIB é relevante, mas mais ainda é a sua qualidade, produção industrial de produtos dinâmicos assim como serviços avançados, ambos de tipo exportáveis e de qualidade diferenciada, isto é que faz um país enriquecer, como levar a economia neste sentido? Primeiro bloqueando e reduzindo substancialmente os ganhos de especulação financeira, ganhos cambiais e operações financeiras exógenas, sinalizando ao mercado a primazia do investimento produtivo.

Se o modelo é o de mercado, é a concorrência que deve imperar, sendo necessário o reforço da ação do CADE, e o sério combate a cartéis e oligopólios.

A segurança financeira do país passa pelo controle do fluxo de capitais externos, país fraco que não controla o fluxo especulativo é país vagabundo, que jamais será respeitado, pode ser no máximo bajulado como a Islândia antes da quebra.

O caminho da segurança demonstrou o governo Lula quando pela exportação atingiu superávit na conta de capitais, levando o país a tornar-se credor internacional.

Iniciar a conversão de reservas internacionais em ouro, para um nível de até 40% do total das reservas, focar o manejo das dívidas internas e externas para o alongamento de prazos.

Ciência e Tecnologia

Construir estratégia de desenvolvimento científico e tecnológico para ciência aplicada, com geração de produtos, patentes, modelos produtivos empresariais e tecnologias para gestão e ação públicas.

Alguns elementos de desenvolvimento tecnológico são mais críticos e relevantes que outros, e em alguns deles o Brasil já dispõe de relevante desenvolvimento ou potencial:

- Desenvolver sistemas de sensoriamento, Comando-Comunicação-Controle a serem utilizados pelas três forças armadas e outras agências governamentais.
- Integrar o gerenciamento dos sistemas de sensoriamento das três forças como Sindacta/Sivam/SIAA.
- Expandir o planejado Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisgAAz-Marinha do Brasil) para um sistema de escuta e monitoramento de submarinos no Atlântico Sul (com sensores sônicos e supercomputadores)
- Concluir e tornar operacional o Veículo Lançador de Satélites, inclusive com um estágio de propulsão a combustível líquido.
- Lançar e manter satélites geoestacionários de sensoriamento e de comunicação.

Setor Militar

Força militar é parâmetro de alta relevância no cenário internacional, e tem força quem tem indústria militar nacional avançada, o Brasil tem potencial para produzir alguns sistemas chaves e de perfil eminentemente defensivo, norteado por projetos de sistemas de armas que possam ser utilizados pelas três forças armadas, com exemplo:

- Sistema de defesa antiaérea de médio alcance (50Km)baseado em radares de longo alcance (já em desenvolvimento) e uma família de mísseis (curto e médio alcance com diferentes sensores – radar/Infra Vermelho/Laser), seja baseado em terra ou embarcado em navios, a partir dos misseis também se desenvolveria uma família de mísseis para combate aéreo.

- Sistema de armas baseado em míssil anti-navio supersônico, com tecnologia furtiva (radar/Infra Vermelho), com capacidade de lançamento de terra, mar e ar.
- Veículo aéreos autônomos "drones" de reconhecimento e posteriormente de bombardeio, poderão equipar as três forças.
- Sistemas de mísseis anti-carro avançado, tipo direcionado e autônomo, e com variantes antiaéreas, para equipar as três forças.
- Sistema anti-satélite, desenvolvido com míssil baseado no VLS.
- Lançar a frota de 3 submarinos nucleares brasileiros.
- Instituir o programa de caças FX com ênfase na absorção de tecnologia no Brasil, no qual o Grippen NG seria o de melhor perfil, pois parte do desenvolvimento do avião seria realizado no Brasil, os outros aviões concorrentes já estão prontos.

Administrativo

- Normatizar a exigência de manutenção de Centros de Gerenciamento Informatizado no Brasil de indústrias estratégicas como comunicação, energia, petróleo e financeira.
- Exigir que grandes provedores de serviços via internet mantenham centro de processamento e armazenamento em território nacional.

Energia e petróleo:

- Focar o desenvolvimento de energias renováveis e com máxima reserva (Hidrelétrica com grandes reservatórios). Com complemento de geração via biomassa e eólica. Por fim desenvolver a produção de energia nuclear dentro do desenvolvimento da cadeia do Urâneo.
- Definir o regime de partilha como modelo único de para todo o território nacional.
- Desenvolver a indústria de produtos e serviços para a indústria petrolífera, com meta mínima de 90% de nacionalização.
- Desenvolver a indústria petroquímica com vistas ao processamento agregação de valor ao petróleo do pré-sal, com definido pelo governo Lula.
- Tratar de consolidar as grandes cadeias produtivas, integrando o setor de commodities com indústria de transformação e exportação de produtos acabados. A abolição da Lei Kandir e tributação da exportação de commodities poderá facialmente financiar o desenvolvimento das grandes cadeias.
- Estruturar a cadeia do Urânio, consolidando uma plataforma exportadora de Urânio enriquecido a 5% para utilização em geração de energia. Investimento de 10 Bilhões de Reais com tecnologia totalmente nacional já desenvolvida pela Marinha do Brasil.

Cadeia do aço

O Brasil tem em Carajás imensas reservas de ferro de alta qualidade, riqueza e desenvolvimento se fazem transformando esta matéria prima em produtos dinâmicos exportáveis, esta é a decisão de país maduro que se respeita, e que quer gerar emprego e bem estar para 200 milhões de pessoas.

Cadeia agrícola

- Focar no desenvolvimento de biotecnologia, aplicado a produção agropecuária de alimentos e insumos industriais avançados.
- Desenvolvimento agrícola seguro e de alta qualidade, com aperfeiçoamento do manejo, aumento da diversidade biológicas, reduzindo uso de agrotóxicos e cultivares exógenos(transgênicos).
- Desenvolver indústria de transformação de alimentos de perfil global, agregando valor a produção agrícola básica.
- Desenvolver uma estratégia para o setor de serviços, com foco em serviços de alta complexidade, ensino, desenvolvimento de tecnologia, engenharias, saúde, software e indústria cultural.

Jamais seremos ricos e fortes baseando nossa economia em exportação de commodities e especulação financeira, no modelo dependente associado, isto todo mundo sabe, cabe aos patriotas, aos humanistas, aos que se sentem ofendidos por viver em um país rico e cheio de potenciais com um enorme contingente de pessoas pobres e miseráveis, vamos tomar o destino do país em nossas mãos e lutar por grandes ideais de desenvolvimento humano sustentável no Brasil. ★

***Walter Koscianski** é da AE-PR
www.engajarte-blog.blogspot.com

HOMENAGEM

Sônia Hypólito

Quando o governo federal concedeu, no dia 15 de março deste ano, em cerimônia no Ministério da Justiça, em Brasília, anistia a seis mulheres que enfrentaram a ditadura militar, perseguidas políticas, entre elas, estava uma militante do PT e da Articulação de Esquerda: Sônia Hypólito.

Ocorrida 42 anos e cinco meses após o Congresso da UNE, em Ibiúna, a homenagem foi dedicada por Sônia, que na prisão dividiu cela com a presidenta Dilma Rousseff, a todas as mulheres que ao longo da história do Brasil sempre lutaram pelo socialismo, pela democracia, pela justiça, pela liberdade, pelos excluídos e contra os poderosos.

Para Sônia, a cerimônia marca um momento histórico no Brasil: o reconhecimento pelo Estado das barbáries cometidas pela ditadura militar. "Entendo a homenagem como um resgate. É a verdade sendo trazida à tona, pois não é escondendo a nossa história que vamos conseguir consolidar a democracia em nosso País", afirma.

Segundo Sônia, a maior reparação que o Estado brasileiro pode garantir aos que lutaram contra à ditadura militar é reconhecer a verdade.

A homenagem recebida por Sônia foi realizada em parceria entre a Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM), a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e a Secretaria da Mulher do Governo do Distrito Federal.

Além de Sônia, receberam a homenagem, Denize Crispim (militante da Vanguarda Popular Revolucionária, a VPR; Rose Nogueira (militante da Ação Libertadora Nacional, a ALN; Maria Thereza Goulart (viúva do ex- presidente João Goulart); Rita Sipahi (dirigente da UNE e militante da Juventude Universitária Católica) e Damaris Oliveira Lucena (militante da VPR).

Consciência - Segura do papel que cumpriu no combate a ditadura militar, Sônia diz ter absoluta certeza que fazer a batalha naquele momento era mais do que necessário.

"Fiz consciente de todos os riscos que estava correndo. Eu integro uma geração (de 68) que foi privilegiada por ter a possibilidade de lutar pelo País", destaca.

Sobre a eleição da presidenta Dilma, companheira de cela, Sônia acredita que representa um avanço para o Brasil. "Mas tem algumas coisas que precisam ser melhoradas", avalia.

Lutadoras homenageadas: um reconhecimento do Estado brasileiro

Militante e combatente

Militante da União Nacional dos Estudantes (UNE), Sônia Hypólito foi presa pela primeira vez no ano de 1968. Na ocasião, foi indiciada no inquérito policial instaurado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo, para apurar atividades de caráter subversivo ocorridas durante o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes, realizado em Ibiúna/SP, em 12 de outubro de 1968.

Em 1969, Sônia militou na Ação Libertadora Nacional (ALN), sendo presa novamente em 1970 e indiciada em inquérito policial para apurar atividades subversivas da organização.

Teve sua prisão preventiva decretada, pois segundo o encarregado do inquérito policial, uma vez em liberdade, continuaria na prática de delitos contra a segurança nacional. Foi denunciada no processo 85/70, sendo absolvida em 12 de maio de 1972.

Ainda, em 1971, foi indiciada no inquérito policial instaurado para apurar o assalto contra uma viatura da Rádio Patrulha de SP. Em 23 de maio de 1973 foi julgada e absolvida, por unanimidade.

Em 1972, foi relacionada entre os terroristas integrantes da ALN/Regional Guanabara, que se encontravam foragidos. Em 1973, figurou na relação de brasileiros exilados, que se encontravam no Chile e solicitaram exílio na Embaixada da Argentina daquele país, após a deposição do presidente Salvador Allende.

Em 2 de abril de 1973, foi decretada a sua inocência pela acusação de assalto a sede de uma Cooperativa Central de Produtores de Leite. Em 16 de outubro de 1973, foi condenada, à revelia, à pena de 12 anos de reclusão e teve seus direitos políticos suspensos pelo prazo de 10 anos.

Exilada em 1973, passou pelo Chile, Argentina, Alemanha e França, onde permaneceu até 1976.

No ano de 1979, retornou ao Brasil e passou a atuar junto a movimentos sociais e a militar no PT. Participou de vários movimentos estudantis ocorridos na Universidade de Brasília (UnB) e na Capital Federal.